



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2010-CTI/DPF

1 PREÂMBULO

1.1 O Departamento de Polícia Federal - DPF, por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 356/2009 publicada no Boletim de Serviço nº 116, de 19 de junho de 2009, leva ao conhecimento dos interessados, que na forma do disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, e suas alterações, do Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2009, Instrução Normativa nº 04, da SLTI do MPOG, de 19 de maio de 2008; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 6.204 de 05 de setembro de 2007, Portaria Normativa SLTI/MP nº 01/2008, DOU 27.08.2008 e, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto nº 3.931/2001, e demais condições previstas neste Edital, realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para REGISTRO DE PREÇOS em sessão pública às **10 horas do dia 16 de dezembro de 2010**, por intermédio do sítio www.comprasnet.gov.br.

1.2 Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido.

2 DO OBJETO

2.1 Registro de preço para aquisição futura de material permanente de informática para atender às necessidades da Polícia Federal em todo o país, conforme Termo de referência anexo ao edital.

3 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão as empresas que:

3.1.1 atendam às condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente, ou por Pregoeiro(a) Oficial ou por membro da Equipe de Apoio (Servidor), à vista dos originais;

3.1.2 estejam cadastradas e habilitadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto 3.722, de 9 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U de 10 de janeiro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.485, de 25.11.2002;

3.1.2.1 as empresas não cadastradas no SICAF, e que tiverem interesse em participar deste pregão, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior a data do recebimento das propostas (Parágrafo único do art. 3º do Dec. nº 3.722/2001, alterado pelo Decreto nº 4.485, de 25.11.2002);



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

3.2 não esteja sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

3.3 empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo a definição constante no art. 3º da citada Lei Complementar nº123/2006, desde que comprove tal condição por meio de registros no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

3.4 não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, bem como impedido de licitar e de contratar com o DPF.

4 DO CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (Art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), no site: www.comprasnet.gov.br.

4.2 Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o(a) Pregoeiro(a), os membros da equipe de apoio e as licitantes que participam do pregão na forma eletrônica. (Art. 3º do Decreto nº 5.450/2005)

4.3 O credenciamento da licitante dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para sua habilitação. (Art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005)

4.4 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão. (Art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005)

4.5 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao DPF responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

5 DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1 A licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (Art. 13, Inciso III, do Decreto nº 5.450/2005).

5.2 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o procedimento licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

sua desconexão. (Art. 13, Inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005).

5.3 Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico, as licitantes deverão encaminhar as propostas com a descrição do objeto ofertado, (Anexo I do Edital), e o preço com valores unitários e totais, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, horário de Brasília, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas (Art.21, do Decreto nº 5.450/2005).

5.3.1 Fica obrigado o licitante, quando do envio da proposta, detalhar o objeto ofertado no campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”.

5.4 A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante (Art. 21, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005).

5.5 Para participação no pregão eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005).

5.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no edital (Art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005).

5.7 Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (Art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005).

5.8 Concluída a etapa de lances, a empresa detentora do menor lance, deverá encaminhar sua proposta contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no prazo máximo de 60 minutos, contados a partir do encerramento da etapa de lances, com o preço unitário e total atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados. A comprovação dar-se-á mediante envio imediato da documentação para o Fax nº (0xx61) 2024-9449, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo estabelecido acima.

5.9 A Proposta (referida nos subitens 5.3 e 5.8), além do disposto no Anexo I do Edital, deverá apresentar as seguintes condições:

5.9.1 prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

5.9.2 catálogo(s), folheto(s) e manual(is) em português com especificações técnicas detalhadas dos equipamentos ofertados, informando, inclusive, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência dos equipamentos, detalhados de forma clara, evitando-se jargões de uso duvidoso ou ainda não consagrados na terminologia de informática;

5.9.3 o correio eletrônico (e-mail), número de telefone e fax, para realização dos chamados técnicos, durante o período de garantia;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

- 5.9.4 o site na Internet do fabricante do equipamento ofertado com especificações, onde se possam fazer consultas e atualização de drivers e de todos os componentes internos;
- 5.9.5 prazo de entrega, garantia e assistência técnica, observado o mínimo exigido, de acordo com o Termo de Referência – Anexo I deste Edital;
- 5.9.6 preço unitário do item e total do lote, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando a quantidade constante do Anexo I do presente Edital;
- 5.9.6.1 nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como despesas com impostos, taxas, frete e demais encargos que incidam direta ou indiretamente na aquisição do objeto desta Licitação;
- 5.9.6.2 preço máximo unitário admissível, será o constante no Anexo I, deste Edital, em conformidade com o inciso III, do artigo 9º, do Decreto nº 3931/2001.
- 5.10 Na proposta de preços deverá conter o nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa, para efeito de pagamento.
- 5.11 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 5.12 Declarar se a empresa enquadra-se como microempresa ou empresa de pequeno porte com base na Lei Complementar nº 123/06, se for o caso;
- 5.13 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

6 DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1 A partir das 10 horas do dia 16 de dezembro de 2010 terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico nº 15/2010, com a divulgação das Propostas recebidas e início da etapa de lances, conforme Edital e de acordo com o Decreto nº 5.450, publicado no DOU de 1º de junho de 2005.

7 DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 7.1 Classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. (Art. 24, do Decreto nº 5.450/2005).
- 7.2 Observado o horário fixado para a formulação de lance e as regras de sua aceitação, a licitante será imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.3 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.4 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.6 Durante a sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

7.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) Pregoeiro(a).

7.8 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.9 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

7.10 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.11 No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.12 Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7.13 Encerrada a etapa de lances, e se a empresa que apresentou o menor preço, não se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver propostas apresentadas por microempresa ou empresa de pequeno porte, no intervalo de até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, deverá proceder da forma abaixo:

7.13.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após encerramento de etapa de lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

7.13.2 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

que porventura se enquadrem na condição prevista no subitem 6.12, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.14 Na hipótese de não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.15 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá encaminhar, em até 60 minutos, a proposta de preços com os respectivos valores constantes da planilha de formação de custos readequados ao lance vencedor a documentação através do Fax (0XX61) 2024-9449, (§ 6º, art.25, Dec. nº 5.450/2005).

7.16 o encaminhamento da documentação original ou cópia autenticada deverá ocorrer no prazo máximo de 2 dias úteis, contados a partir da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico;

7.17 os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 8 deste Edital.

7.18 Concluída a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do edital.

8 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 O(A) Pregoeiro(a) efetuará o julgamento das Propostas, decidindo sobre a aceitação dos preços obtidos.

8.2 Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

8.2.1 ocorrendo a situação a que se refere o subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

8.2.2 a negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.3 No julgamento da habilitação das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 A habilitação das licitantes vencedoras será verificada “on-line” no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, após a análise, julgamento e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

aceitabilidade da Proposta, devendo, ainda, apresentar os seguintes documentos:

- 9.1.1 declaração de Inexistência de Fato Impeditivo de sua Habilitação, atualizada, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador do licitante, devidamente identificado;
- 9.1.2 declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme disposições contidas na Lei nº 9. 854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, de acordo com o Anexo VIII deste Edital;
- 9.2 A LICITANTE VENCEDORA deverá apresentar para qualificação no processo atestado de capacidade técnica, em seu nome, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde se comprove ter fornecido pelo menos 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de equipamentos do respectivo item, em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.
- 9.2.1 Certidão Negativa de Falência ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com antecedência mínima de 30 dias da abertura da licitação;

comprovação da boa situação financeira do licitante, aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que um (>1), analisada automaticamente pelo SICAF;

- 9.2.1.1 as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem 8.1.5, deverão comprovar o capital mínimo de 10% do somatório dos valores estimados dos itens a serem contratados, de cada licitante específico, de acordo com os §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº 8.666/93.
- 9.2.2 quando se tratar de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.3 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência e autenticação pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou servidor da CTI/DPF;

9.4 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento”, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

9.5 Serão inabilitadas as empresas que não atenderem ao item 8 deste Edital.

10 DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 O registro de preços será formalizado por intermédio de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma da minuta constante em anexo, nas condições previstas neste Edital.

10.2 A(s) Ata(s) de Registro de Preços resultantes deste certame terá(ão) validade de 1 (um) ano, a partir da data de sua publicação.

10.3 DA FORMALIZAÇÃO

10.3.1 homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços de cada item, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, em número necessário para completar o quantitativo total estimado no Edital, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

10.3.2 o DPF convocará os fornecedores, informando o local, data e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

10.3.3 incumbirá à Contratante providenciar a publicação, por extrato, da Ata, no Diário Oficial da União.

10.3.4 no caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções a ele previstas neste Edital, o DPF registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

10.3.5 em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o DPF fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

10.4 DOS USUÁRIOS

10.4.1 Nos termos do art. 8º do Decreto nº 3.931/01, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e em conformidade com o disposto no § 3º do art. 8º do mesmo diploma legal.

10.4.2 Os órgãos usuários não serão obrigados a comprar os materiais registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, podendo valer-se de outros meios legais para adquiri-los, observado o disposto no subitem 10.3 deste Edital.

10.4.3 É assegurada aos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços a



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

preferência de fornecimento, quando do processo específico para compra, resultar preço igual ou superior ao registrado.

10.5 DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.5.1 O cancelamento da ata de Registro de Preços ocorrerá automaticamente:

10.5.1.1 por decurso do prazo de vigência;

10.5.1.2 quando não restarem fornecedores registrados.

10.5.2 O cancelamento do registro do fornecedor ocorrerá:

10.5.2.1 por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

10.5.3 O cancelamento da ata de Registro de Preços ocorrerá a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados;

10.5.4 O cancelamento da ata de Registro de Preços ocorrerá pela Administração, unilateralmente, quando:

10.5.4.1 não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

10.5.4.2 perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;

10.5.4.3 por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado;

10.5.4.4 o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

10.5.4.5 não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes da Ata de Registro de Preços;

10.5.4.6 caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

10.6 DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

10.6.1 O DPF, por intermédio da Coordenação de Tecnologia da Informação, será o órgão responsável pelo controle e administração das Atas de Registro de Preços decorrentes desta licitação e indicará, sempre que solicitados pelos órgãos usuários, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos, os fornecedores para o qual será emitido o pedido de compra.

10.6.2 Somente quando o primeiro registrado atingir a totalidade do seu limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços será indicado o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

segundo e, assim sucessivamente, podendo ser indicados mais de um, ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido de compra for superior ao saldo do fornecedor da vez.

- 10.6.3 A emissão dos pedidos de compras/fornecimento será da inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do registro, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de empenho, quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras ou por contrato nas hipóteses em que tais cláusulas se fizerem necessárias.
- 10.6.4 A Administração não emitirá qualquer pedido de compra sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.
- 10.6.5 A convocação dos fornecedores, pelos órgãos usuários, será sempre formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar o respectivo pedido de compra, além da menção da Ata de Registro de Preços que se refere.
- 10.6.6 O fornecedor convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar o pedido de compra ou empenho no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços estará sujeito às sanções previstas neste Edital.
- 10.6.6.1 o licitante vencedor terá o prazo de 03 (três) dias úteis contados da data de sua convocação para retirar o Pedido de compra/fornecimento ou a Nota de Empenho, sob pena de incorrer nas sanções previstas neste Edital.
- 10.6.7 Quando comprovada uma dessas hipóteses, o órgão usuário poderá comunicar a ocorrência ao DPF e solicitar indicação do próximo fornecedor a ser destinado o pedido de compra, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.
- 10.7 DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DE QUANTITATIVOS
- 10.7.1 Os acréscimos de quantitativos, quando necessários, estão limitados a, no máximo, 25% do total estimado para o item, devendo ser adquiridos dos fornecedores, pela ordem de classificação e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.
- 10.7.2 Na hipótese prevista no item anterior, a aquisição se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.
- 10.7.3 As supressões de saldo de quantitativos a adquirir, ainda não contemplados nos pedidos de fornecimento, poderão atingir o limite de 100%, com base no que estabelece o art. 7º, do Decreto nº 2.743/98.
- 10.8 DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- 10.8.1 Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 10.8.1.1 mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 10.8.2 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pelo DPF para alteração, por aditamento, do preço da Ata.
- 10.8.3 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 10.8.4 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 10.8.4.1 frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e serão convocados os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 10.8.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 10.8.5.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- 10.8.5.2 convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- 10.8.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 11.1 Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.
- 11.1.1 caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

11.1.2 acolhida a impugnação contra o ato convocatório será definida e publicada nova data para realização do certame.

12 DOS ESCLARECIMENTOS

12.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail: cpl.cti@dpf.gov.br

13 DOS RECURSOS

13.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem acima, importará a decadência desse direito, ficando o(a) pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.3 As razões de recurso deverão ser disponibilizadas na íntegra no sítio www.comprasnet.gov.br, por meio do link “registrar recurso”.

13.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13.6 O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo.

13.7 Não serão conhecidos os recursos interpostos sem manifestação prévia em campo próprio, no ato da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, bem como os que não contiverem a identificação ou assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

13.8 Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, na Coordenação de Tecnologia da Informação do Departamento de Polícia Federal, localizada à SAIS Quadra 07, lote 23, Edifício CTI, CEP: 72.610.902.

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 A adjudicação do objeto deste certame será viabilizada pelo(a) Pregoeiro(a) sempre que não houver recurso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

14.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à licitante vencedora, pelo(a) Pregoeiro(a), ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

15 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 15.2 Efetuar a entrega dos equipamentos e softwares de acordo com as especificações, sendo que qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, deverá ser formulada por escrito, devidamente fundamentados, para análise por parte do **CONTRATANTE**;
- 15.3 Substituir o equipamento não aceito pelo **CONTRATANTE** no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a partir da ciência da rejeição;
- 15.4 Responsabilizar-se por todas as despesas de frete, impostos, diárias, remuneração e hospedagem de pessoal, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução contratual, as quais deverão estar inclusas no preço proposto;
- 15.5 Transmitir, por escrito, e-mail ou fac-símile, ao setor responsável, informações sobre a remessa do material encomendado, especialmente quanto à data do despacho da mercadoria, quantidade remetida, número da Nota Fiscal/fatura, nome da transportadora e a data prevista para a chegada do material, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;
- 15.6 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigida no Instrumento convocatório, durante a vigência do contrato;
- 15.7 A **CONTRATADA** deverá prover serviço de suporte técnico remoto, com acionamento por ligação telefônica, por e-mail ou por meio de site na internet, para prestar auxílio aos técnicos do Departamento de Polícia Federal no esclarecimento de dúvidas, ajustes de configurações e implementação de funcionalidades nos bens adquiridos;
- 15.8 Os chamados técnicos efetuados com a finalidade de acionamento da garantia deverão ser atendidos em até 02 (dois) dias úteis, a contar da solicitação da **CONTRATANTE**, sendo o prazo para resolução ou troca do equipamento de até 7 (sete) dias corridos, a contar do início do atendimento;
- 15.9 Durante o período de garantia, a **CONTRATADA** deverá fornecer todas as correções e atualizações dos softwares propostos, sem nenhum ônus para o DPF, inclusive o de mão-de-obra;
- 15.10 A manutenção nos equipamentos e softwares gerenciadores, em eventuais defeitos durante o período de garantia, ficará a cargo da **CONTRATADA**, cabendo-lhe efetuar os ajustes no sistema, conserto ou troca de peças defeituosas, por novas, sem nenhum tipo de ônus para a **CONTRATANTE**;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

- 15.11 A CONTRATADA deverá no ato de entrega dos equipamentos fornecer relação da rede própria ou credenciada de assistência técnica;
- 15.12 A CONTRATADA será responsável, durante o período da garantia, pela retirada e devolução dos equipamentos para conserto ou reposição, sem ônus, junto às Unidades do Departamento de Polícia Federal situadas nas capitais dos Estados onde houver assistência técnica própria ou autorizada;
- 15.13 A assistência técnica deverá estar disponível nos dias úteis, em horário comercial.

16 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 16.1 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos equipamentos e softwares de conformidade com o objeto contratado;
- 16.2 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;
- 16.3 Designar fiscal/comissão para acompanhar a execução do contrato e responsabilizar-se pelo atesto das faturas;
- 16.4 Providenciar local, computadores e/ou projetores necessários à realização do treinamento;
- 16.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.

17 FISCALIZAÇÃO

- 17.1.1 Os materiais fornecidos serão recebidos e atestados por servidor e/ou comissão designado(a) pelo ordenador de despesa da unidade gestora, que também verificará o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições deste Termo de Referência, inclusive a qualidade dos materiais recebidos, além de atestar as faturas apresentadas pela CONTRATADA.
- 17.1.2 A pessoa e/ou comissão designada para receber os equipamentos anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos materiais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

18 DO CONTRATO

- 18.1 Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado Contrato com a adjudicatária, de acordo com a legislação em vigor, com vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia a partir da data de sua publicação no DOU;
- 18.2 O DPF convocará a adjudicatária, para assinar o Contrato e retirar a Nota de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

Empenho, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

18.2.1 na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela adjudicatária durante a vigência do contrato;

18.2.2 se adjudicatária não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato, poderá a Administração convocar outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

18.3 O prazo estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo DPF.

18.4 Por se tratar de registro de preço para aquisição futura e parcelada, o instrumento de contrato poderá ser dispensado, a critério da administração, caso a aquisição não ultrapasse R\$80.000,00 (oitenta mil reais) na forma do art. 62 da Lei nº 8.666/1993.

19 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicado em contrário do(a) Pregoeiro(a).

19.2 A Licitação poderá ser revogada pela autoridade competente em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, e deverá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, não gerando, neste caso, para os licitantes, qualquer direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

19.3 Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.4 É facultado ao (à) pregoeiro (a) ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

deveria constar originariamente da proposta.

19.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.6 Deverão ser informadas as condições necessárias para o armazenamento adequado dos materiais, mediante documento escrito e assinado pelo fabricante ou empresas autorizadas pelo mesmo.

19.7 Iniciada a etapa de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) pregoeiro(a).

19.8 A homologação do resultado da licitação não implicará, para a licitante, direito à aquisição do objeto deste certame pela Administração.

19.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

19.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais;

19.11 Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes neste Edital, o lance será considerado proposta.

19.12 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.13 Quaisquer informações complementares sobre este Edital e seus anexos poderão ser obtidas na Área de Licitações da Coordenação de Tecnologia da Informação do Departamento de Polícia Federal.

19.14 O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

19.15 Integram este Edital para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I Termo de Referência;

ANEXO II Modelo para Apresentação de Propostas;

ANEXO III Modelo para Termo de Aceite;

ANEXO IV Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;

ANEXO V Modelo de Declaração - Menor (Lei nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/2002);

ANEXO VI Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

ANEXO VII Modelo de Ata de Registro de Preços;

ANEXO VIII Minuta de Contrato

ANEXO IX Procedimentos para mensuração de desempenho (DESKTOPS e NOTEBOOKS)

ANEXO X Especificações Técnicas

Brasília/DF, XX de XXXXXXXXXXXXX de 2010.

CPL/CTI/DPF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 FUNDAMENTOS LEGAIS

- 1 A aquisição do objeto deste Termo de Referência tem amparo legal na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, nos Decretos nº 5.450 de 31 de maio de 2005 – “Pregão Eletrônico” e 3.555 de 08 de agosto de 2000, e subsidiariamente nas normas da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

2 DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1 Registro de preço para aquisição futura de material permanente de informática para atender às necessidades da Polícia Federal em todo o país.

3 OBJETIVO

- 1 Modernização do Departamento de Polícia Federal e de suas unidades Descentralizada, com a reposição dos equipamentos que se encontram danificados ou em desuso.

4 UNIDADES PARTICIPANTES

- 1 São participantes desta licitação, na forma definida pelo art. 1º, inciso IV do Decreto nº 3.391 de 19 de setembro de 2001, todas as unidades gestoras da Polícia Federal listadas a seguir:

	<i>Unidades Participantes</i>
1	Coordenação de Tecnologia da Informação - SPO lote 07 - Setores Complementares - Brasília DF - CEP: 70610-902
2	ANP - Rodovia DF 001 (Estrada Parque do Contorno), Km 02, Setor Habitacional Taquari, Lago Norte, Brasília/DF, CEP: 71559-900 - CNPJ: 00.394.494/0083-82
3	SR/DPF/DF - SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul Brasília-DF / CEP 70610-901 - CNPJ: 00.394.494/0024-22
4	SR/DPF/GO - Av. 5ª Radial esquina com Alameda Eugênio Jardim Setor Marista - Goiânia / CEP 74.823-030 - CNPJ: 00.394.494/0026-94
5	SR/DPF/MS - R. Fernando Luiz Fernandes, 322 - Vila Sobrinho - Campo Grande / CEP 79110-500 - CNPJ: 00.394.494/0084-63
6	SR/DPF/MT - Av. Rubens de Mendonça, 909. Bairro: Araés, Cuiabá / Cep: 78.008-000 - - CNPJ: 00.394.494/0028-56
7	SR/DPF/AL - Av. Maceió S/N - Bairro Jaraguá, Maceió / CEP 57025-080 - CNPJ: 00.394.494/0020-07



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

8	SR/DPF/BA - Av. Oscar Pontes, 339 - Salvador / CEP 40460-130 - CNPJ: 00.394.494/0022-60
9	SR/DPF/CE - R. Dr. Laudelino Coelho, 55 - Bairro de Fátima - Fortaleza / CEP 60415-43 - CNPJ: 00.394.494/0023-41
10	SR/DPF/MA - Av. Santo Dumont, 18 Bairro Anil (prédio do incra) CEP: 65.046-660 - CNPJ: 00.394.494/0027-75
11	SR/DPF/PE - Av. Martin Luther King (Cais do Apolo), 321 - Bairro do Recife - Recife / CEP 50030-230 - CNPJ: 00.394.494/0033-13
12	SR/DPF/PB - Av. Marechal Deodoro, 150 - Torre - João Pessoa / CEP 58040-140 - CNPJ: 00.394.494/0031-51
13	SR/DPF/RN - Rua Dr. Lauro Pinto, nº 155. Lagoa Nova. Natal/RN Cep: 59064-250 - CNPJ 00.394.494/0036-66
14	SR/DPF/SE - Av. Augusto Franco, nº 2260. Siqueira Campos. Aracajú/SE Cep: 49047-100 – CNPJ 00.394.494/0041-23
15	SR/DPF/PI - Av. Maranhão, 1022 - Norte - Centro - Teresina / CEP 64000-010 - CNPJ: 00.394.494/0034-02
16	SR/DPF/AC - Rua Floriano Peixoto, 874 - Centro - Rio Branco / CEP 69.908-030 - CNPJ: 00.394.494/0019-65
17	SR/DPF/AM - Av. Domingos Jorge Velho nº 40 Bairro D. Pedro II - Planalto - Manaus / CEP 69.042-470 - CNPJ: 00.394.494/0021-80
18	SR/DPF/AP - Av. Ernestino Borges, 1402 - Bairro Jesus de Nazaré - Macapá / CEP 68908-010 - CNPJ: 00.394.494/0010-27
19	SR/DPF/PA - Av. Almirante Barroso, 4466 - Belém / CEP 66.610-000 - CNPJ: 00.394.494/0030-70
20	SR/DPF/RO - Av. Lauro Sodré, 2905 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho / CEP 78 903 - 711 - CNPJ: 00.394.494/0038-28
21	SR/DPF/RR - Av. Ville Roy nº 2801, Bairro Caçari - Boa Vista CEP: 69306-000 - CNPJ: 00.394.494/0093-54
22	SR/DPF/TO - Av. Teotônio Segurado, ACSU-SE 20, Conj. I - Lote 04 - Palmas / CEP 77102-070 - CNPJ: 00.394.494/0006-40
23	SR/DPF/ES - Rua Vale do Rio Doce, 01 - São Torquato, Vila Velha - Cep 29114-670 - CNPJ: 00.394.494/0025-03
24	SR/DPF/MG - Rua Nascimento Gurgel, nº 30 - Bairro Gutierrez - CEP 30430-340 - CNPJ: 00.394.494/0029-37
25	SR/DPF/RJ - Av. Rodrigues Alves, 1 - Centro, Rio de Janeiro-RJ / CEP 20081-250 - CNPJ: 00.394.494/0035-85
26	SR/DPF/SP - R. Hugo D'Antola, 95 - Lapa de Baixo - São Paulo-SP / CEP 05038-090 - CNPJ: 00.394.494/0040-42
27	SR/DPF/RS - Av. Ipiranga 1365 - Bairro Azenha - Porto Alegre CEP 90160-093 - CNPJ: 00.394.494/0037-47
28	SR/DPF/PR - Rua Professora Sandália Monzon, nº 210. Curitiba/PR Cep: 82640-040 – CNPJ 00.394.494/0032-35
29	SR/DPF/SC - Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 4744, Agrônômica, Florianópolis/SC - CEP 88.025-255 - CNPJ: 00.394.494/0039-09

5 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO – JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

- 1 A Coordenação de Tecnologia da Informação – CTI/DPF, visando à atualização tecnológica dos órgãos centrais e das unidades descentralizadas do Departamento de Polícia Federal, verificou a necessidade de aquisição de equipamentos de informática mais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

modernos. A ausência ou a utilização de equipamentos inadequados provocam uma indesejada diminuição na eficiência operacional da instituição.

6 DETALHAMENTO DO OBJETO

- 1 Os materiais permanentes de informática objeto da presente contratação encontram-se detalhados no anexo X.

7 TIPO DE CONTRATAÇÃO

- 1 Trata-se da previsão para contratação futura de fornecimento de equipamentos. A estratégia é de realização de pregão eletrônico na modalidade de registro de preço. A formalização do registro de preços (Decreto 3931/01) encontra bases no princípio da padronização (Lei 8666/93) e na necessidade de contratações freqüentes do objeto por parte desse departamento (Decreto 3931/01, Art 2º, Inciso I). O escopo de aquisição inicial e de aquisições subseqüentes seguirá a disponibilidade orçamentária e a priorização de unidades atendidas.

8 ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

- 1 A proposta deverá conter as especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas dos equipamentos ofertados, incluindo especificação de marca, modelo, procedência e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas, comprovando-os através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas editadas pelo fabricante.
- 2 Na proposta deverão ser apresentadas quaisquer outras informações afins, que a proponente julgar necessárias ou convenientes.
- 3 A proponente deverá garantir em sua proposta, para avaliação e concordância, documentação contendo os detalhes técnicos que comprovem o atendimento das especificações e funcionalidades dos equipamentos e software incluídos. Deve ser adotado o modelo exposto em Anexo.

9 ESTIMATIVA DE PREÇOS MÁXIMOS E QUANTITATIVOS

- 1 O quadro abaixo apresenta a divisão dos equipamentos por localidade de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

entrega. Os Valores máximos admitidos pela Administração encontram-se no Anexo I do Termo de Referência.

LOCALIDADE	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 03	ITEM 04	ITEM 05	ITEM 06	ITEM 07	ITEM 08	ITEM 09	ITEM 10	ITEM 11	ITEM 12	ITEM 13	ITEM 14	ITEM 15	ITEM 16	ITEM 17
	Scanners	Projetor Multimídia	Switche	Impressora portátil	Monitor LCD	Netbook	Notebook	Estação de Trabalho tipo I	Estação de trabalho tipo II	Leitor de SmartCard	Impressoras Laser Multifuncional P&B	Impressora Laser Multifuncional Color	Nobreak de 5 KVA	Rack de piso de 42U	KVM de 16 portas com console	Disco Rígido Externo Portátil	Unidade de fita
CTI/DPF	40	20	40	20	60	200	100	200	200	1400	160	60	10	10	10	100	10
ANP/DPF	6	3	6	3	9	9	15	30	30	210	24	9	2	2	2	15	2
SR/DPF/DF	8	4	8	4	12	12	20	40	40	280	32	12	2	2	2	20	2
SR/DPF/GO	10	5	10	5	15	15	25	50	50	350	40	15	3	3	3	25	3
SR/DPF/MS	11	6	11	6	17	17	28	56	56	389	44	17	3	3	3	28	3
SR/DPF/MT	12	6	12	6	18	18	30	60	60	420	48	18	3	3	3	30	3
SR/DPF/AC	6	3	6	3	9	9	15	30	30	210	24	9	2	2	2	15	2
SR/DPF/AM	10	5	10	5	15	15	26	52	52	361	41	15	3	3	3	26	3
SR/DPF/AP	6	3	6	3	9	9	15	30	30	210	24	9	2	2	2	15	2
SR/DPF/PA	11	6	11	6	17	17	28	56	56	391	45	17	3	3	3	28	3
SR/DPF/RO	10	5	10	5	15	15	25	50	50	350	40	15	3	3	3	25	3
SR/DPF/RR	6	3	6	3	9	9	15	30	30	210	24	9	2	2	2	15	2
SR/DPF/TO	6	3	6	3	8	8	14	28	28	196	22	8	1	1	1	14	1
SR/DPF/AL	6	3	6	3	9	9	15	30	30	210	24	9	2	2	2	15	2
SR/DPF/BA	8	4	8	4	13	13	21	42	42	293	33	13	2	2	2	21	2
SR/DPF/CE	10	5	10	5	15	15	25	50	50	350	40	15	3	3	3	25	3
SR/DPF/MA	8	4	8	4	12	12	20	40	40	280	32	12	2	2	2	20	2
SR/DPF/PE	11	5	11	5	16	16	27	54	54	378	43	16	3	3	3	27	3
SR/DPF/PB	8	4	8	4	12	12	20	40	40	280	32	12	2	2	2	20	2
SR/DPF/PI	7	4	7	4	11	11	19	37	37	261	30	11	2	2	2	19	2
SR/DPF/RN	10	5	10	5	15	15	25	49	49	346	40	15	2	2	2	25	2
SR/DPF/SE	6	3	6	3	9	9	15	30	30	210	24	9	2	2	2	15	2
SR/DPF/ES	8	4	8	4	12	12	20	40	40	280	32	12	2	2	2	20	2
SR/DPF/MG	14	7	14	7	21	21	35	70	70	490	56	21	4	4	4	35	4



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

SR/DPF/RJ	50	25	50	25	75	75	125	250	250	1751	200	75	13	13	13	125	13
SR/DPF/SP	52	26	52	26	78	78	130	260	260	1820	208	78	13	13	13	130	13
SR/DPF/PR	11	5	11	5	16	16	27	55	55	384	44	16	3	3	3	27	3
SR/DPF/RS	14	7	14	7	21	21	35	70	70	490	56	21	4	4	4	35	4
SR/DPF/SC	13	6	13	6	19	19	31	63	63	440	50	19	3	3	3	31	3
TOTAL	378	189	378	189	567	707	946	1891	1891	13239	1513	567	95	95	95	946	95

10 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

1 AVALIAÇÃO DE PREÇO

- i. Será considerado vencedor aquele que apresentar menor preço por item.

11 DA CAPACIDADE TÉCNICA

- 1 A LICITANTE VENCEDORA deverá apresentar para qualificação no processo atestado de capacidade técnica, em seu nome, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde se comprove ter fornecido pelo menos 50% (cinquenta por cento) da quantidade total de equipamentos do respectivo item, em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

12 ENTREGA

- 1 Os equipamentos serão entregues nas unidades da Polícia Federal em todo o país, conforme descrito a seguir:

	<i>Unidades Participantes</i>
1	Coordenação de Tecnologia da Informação - SPO lote 07 - Setores Complementares - Brasília DF - CEP: 70610-902
2	ANP - Rodovia DF 001 (Estrada Parque do Contorno), Km 02, Setor Habitacional Taquari, Lago Norte, Brasília/DF, CEP: 71559-900 - CNPJ: 00.394.494/0083-82
3	SR/DPF/DF - SAIS Quadra 7 - Lote 23 - Setor Policial Sul Brasília-DF / CEP 70610-901 - CNPJ: 00.394.494/0024-22
4	SR/DPF/GO - Av. 5ª Radial esquina com Alameda Eugênio Jardim Setor Marista - Goiânia / CEP 74.823-030 - CNPJ: 00.394.494/0026-94
5	SR/DPF/MS - R. Fernando Luiz Fernandes, 322 - Vila Sobrinho - Campo Grande / CEP 79110-500 - CNPJ: 00.394.494/0084-63
6	SR/DPF/MT - Av. Rubens de Mendonça, 909. Bairro: Araés, Cuiabá / Cep: 78.008-000 - - CNPJ: 00.394.494/0028-56
7	SR/DPF/AL - Av. Maceió S/N - Bairro Jaraguá, Maceió / CEP 57025-080 - CNPJ: 00.394.494/0020-07
8	SR/DPF/BA - Av. Oscar Pontes, 339 - Salvador / CEP 40460-130 - CNPJ: 00.394.494/0022-60
9	SR/DPF/CE - R. Dr.Laudelino Coelho, 55 - Bairro de Fátima - Fortaleza / CEP 60415-43 - CNPJ: 00.394.494/0023-41



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

10	SR/DPF/MA - Av. Santo Dumont, 18 Bairro Anil (prédio do incra) CEP: 65.046-660 - CNPJ: 00.394.494/0027-75
11	SR/DPF/PE - Av. Martin Luther King (Cais do Apolo), 321 - Bairro do Recife - Recife / CEP 50030-230 - CNPJ: 00.394.494/0033-13
12	SR/DPF/PB - Av. Marechal Deodoro, 150 - Torre - João Pessoa / CEP 58040-140 - CNPJ: 00.394.494/0031-51
13	SR/DPF/RN - Rua Dr. Lauro Pinto, nº 155. Lagoa Nova. Natal/RN Cep: 59064-250 - CNPJ 00.394.494/0036-66
14	SR/DPF/SE - Av. Augusto Franco, nº 2260. Siqueira Campos. Aracajú/SE Cep: 49047-100 – CNPJ 00.394.494/0041-23
15	SR/DPF/PI - Av. Maranhão, 1022 - Norte - Centro - Teresina / CEP 64000-010 - CNPJ: 00.394.494/0034-02
16	SR/DPF/AC - Rua Floriano Peixoto, 874 - Centro - Rio Branco / CEP 69.908-030 - CNPJ: 00.394.494/0019-65
17	SR/DPF/AM - Av. Domingos Jorge Velho nº 40 Bairro D. Pedro II - Planalto - Manaus / CEP 69.042-470 - CNPJ: 00.394.494/0021-80
18	SR/DPF/AP - Av. Ernestino Borges, 1402 - Bairro Jesus de Nazaré - Macapá / CEP 68908-010 - CNPJ: 00.394.494/0010-27
19	SR/DPF/PA - Av. Almirante Barroso, 4466 - Belém / CEP 66.610-000 - CNPJ: 00.394.494/0030-70
20	SR/DPF/RO - Av. Lauro Sodré, 2905 - Bairro Costa e Silva - Porto Velho / CEP 78 903 - 711 - CNPJ: 00.394.494/0038-28
21	SR/DPF/RR - Av. Ville Roy nº 2801, Bairro Caçari - Boa Vista CEP: 69306-000 - CNPJ: 00.394.494/0093-54
22	SR/DPF/TO - Av. Teotonio Segurado, ACSU-SE 20, Conj. I - Lote 04 - Palmas / CEP 77102-070 - CNPJ: 00.394.494/0006-40
23	SR/DPF/ES - Rua Vale do Rio Doce, 01 - São Torquato, Vila Velha - Cep 29114-670 - CNPJ: 00.394.494/0025-03
24	SR/DPF/MG - Rua Nascimento Gurgel, nº 30 - Bairro Gutierrez - CEP 30430-340 - CNPJ: 00.394.494/0029-37
25	SR/DPF/RJ - Av. Rodrigues Alves, 1 - Centro, Rio de Janeiro-RJ / CEP 20081-250 - CNPJ: 00.394.494/0035-85
26	SR/DPF/SP - R. Hugo D'Antola, 95 - Lapa de Baixo - São Paulo-SP / CEP 05038-090 - CNPJ: 00.394.494/0040-42
27	SR/DPF/RS - Av. Ipiranga 1365 - Bairro Azenha - Porto Alegre CEP 90160-093 - CNPJ: 00.394.494/0037-47
28	SR/DPF/PR - Rua Professora Sandália Monzon, nº 210. Curitiba/PR Cep: 82640-040 – CNPJ 00.394.494/0032-35
29	SR/DPF/SC - Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4744, Agronômica, Florianópolis/SC - CEP 88.025-255 - CNPJ: 00.394.494/0039-09

- 2 A entrega no local indicado deverá ocorrer de segunda a sexta-feira em horário comercial.
- 3 No ato da entrega dos equipamentos e softwares, será de competência da **CONTRATADA**, fornecer a documentação em mídia impressa e óptica, a qual deverá ser composta pelos seguintes itens:
 - i. Manual de operação dos equipamentos e *softwares*, na língua portuguesa.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

- ii. Licenças de todos os *softwares* instalados, bem como os CD's de instalação.
- iii. O prazo para a entrega dos equipamentos para aceitação provisória deverá ocorrer em no máximo 45 (quarenta e cinco) dias corridos a contar da data da emissão da Nota de Empenho.

13 ELEMENTOS PARA GESTÃO

1 TERMO DE ACEITE

i. Da Aceitação

1. Aceitação Provisória

- a. Conforme a solicitação de aquisição, o fornecedor deverá apresentar, após entrega, instalação e configuração da solução, o termo de aceitação provisória, previsto no Anexo III, preenchido pela empresa, contendo a descrição dos equipamentos entregues e os serviços realizados, que deverá ser assinado por servidor do DPF responsável pelo recebimento provisório da solução naquela localidade.

2. Aceitação Definitiva

- a. O recebimento definitivo será feito após a verificação da qualidade e quantidade dos equipamentos e serviços e consequente aceitação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o recebimento provisório.

2 FISCALIZAÇÃO

- i. Os materiais fornecidos serão recebidos e atestados por servidor e/ou comissão designado(a) pelo ordenador de despesa da unidade gestora, que também verificará o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições deste Termo de Referência, inclusive a qualidade dos materiais recebidos, além de atestar as faturas apresentadas pela CONTRATADA.
- ii. A pessoa e/ou comissão designada para receber os equipamentos anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos materiais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 2 Efetuar a entrega dos equipamentos e softwares de acordo com as especificações, sendo que qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, deverá ser formulada por escrito, devidamente fundamentados, para análise por parte do **CONTRATANTE**;
- 3 Substituir o equipamento não aceito pelo **CONTRATANTE** no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a partir da ciência da rejeição;
- 4 Responsabilizar-se por todas as despesas de frete, impostos, diárias, remuneração e hospedagem de pessoal, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução contratual, as quais deverão estar inclusas no preço proposto;
- 5 Transmitir, por escrito, e-mail ou fac-símile, ao setor responsável, informações sobre a remessa do material encomendado, especialmente quanto à data do despacho da mercadoria, quantidade remetida, número da Nota Fiscal/fatura, nome da transportadora e a data prevista para a chegada do material, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;
- 6 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigida no Instrumento convocatório, durante a vigência do contrato;
- 7 A **CONTRATADA** deverá prover serviço de suporte técnico remoto, com acionamento por ligação telefônica, por e-mail ou por meio de site na internet, para prestar auxílio aos técnicos do Departamento de Polícia Federal no esclarecimento de dúvidas, ajustes de configurações e implementação de funcionalidades nos bens adquiridos;
- 8 Os chamados técnicos efetuados com a finalidade de acionamento da garantia deverão ser atendidos em até 02 (dois) dias úteis, a contar da solicitação da **CONTRATANTE**, sendo o prazo para resolução ou troca do equipamento de até 7 (sete) dias corridos, a contar do início do atendimento;
- 9 Durante o período de garantia, a **CONTRATADA** deverá fornecer todas as correções e atualizações dos softwares propostos, sem nenhum ônus para o DPF, inclusive o de mão-de-obra;
- 10 A manutenção nos equipamentos e softwares gerenciadores, em eventuais defeitos durante o período de garantia, ficará a cargo da **CONTRATADA**, cabendo-lhe efetuar os ajustes no sistema, conserto ou troca de peças defeituosas, por novas, sem nenhum tipo de ônus para a **CONTRATANTE**;
- 11 A **CONTRATADA** deverá no ato de entrega dos equipamentos fornecer relação da rede própria ou credenciada de assistência técnica;
- 12 A **CONTRATADA** será responsável, durante o período da garantia, pela retirada e devolução dos equipamentos para conserto ou reposição, sem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

ônus, junto às Unidades do Departamento de Polícia Federal situadas nas capitais dos Estados onde houver assistência técnica própria ou autorizada;

- 13 A assistência técnica deverá estar disponível nos dias úteis, em horário comercial.

15 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 1 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos equipamentos e softwares de conformidade com o objeto contratado;
- 2 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;
- 3 Designar fiscal/comissão para acompanhar a execução do contrato e responsabilizar-se pelo atesto das faturas;
- 4 Providenciar local, computadores e/ou projetores necessários à realização do treinamento;
- 5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.

16 DA VIGENCIA CONTRATUAL

- 1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato com eficácia a partir da publicação do extrato de contrato no Diário Oficial da União.

17 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o Departamento de Polícia Federal, cujos programas de trabalho e elemento de despesas especificadas constarão da respectiva Nota de Empenho.

18 PAGAMENTO

- 1 O pagamento será efetuado à empresa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas, observado Art. 40 Inc. XIV, "a" da Lei 8.666/1993. As Notas Fiscais / Faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pelo Fiscal, designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa e que tenham excedido o valor da garantia.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- 2 Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo.
- 4 As notas fiscais contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações;
- 5 A empresa Contratada deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do Contrato firmado com o Departamento de Polícia Federal;
- 6 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{TX}{100}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 7 O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento. No caso de prorrogação do contrato, o DPF deverá exigir reforço da garantia.

19 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 1 No caso da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, estará



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

sujeita a empresa adjudicatária às sanções previstas na legislação específica, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- i. Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;
 - ii. Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso sobre o valor do inadimplemento para o caso de descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
 - iii. Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso sobre o valor do inadimplemento para o caso de descumprimento das obrigações assumidas após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;
 - iv. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;
- 2 No caso de inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.
- 3 No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.
- 4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- 5 As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando para o atraso no cumprimento das obrigações for apresentada justificativa por escrito pela empresa Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, e aceita pela Contratante;
- 6 Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

autoridade que aplicou a penalidade, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

7 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais;

8 A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

Brasília, 30 de agosto de 2010.

<p style="text-align: center;">ORLANDO BATISTA DOS SANTOS NETO Perito Criminal Federal Matrícula XXXXXXXX Chefe do SST/DINF/CTI/DPF</p>	
<p>Ciente e de acordo.</p> <p style="text-align: center;">IVO PEIXINHO Perito Criminal Federal Matrícula XXXX Chefe da Divisão de Informática/CTI/DPF</p>	<p>APROVO o presente Termo de Referência conforme o disposto no art. 9º do Dec. 5450/2005.</p> <p style="text-align: center;">JOSÉ LUIZ POVILL DE SOUZA Delegado de Polícia Federal Coordenador de Tecnologia da Informação Matr. 9266 – Classe Especial</p>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

Anexo I do Termo de Referência
Valores Máximos Admitidos

ITEM	OBJETO	Valor unitário	Valor Total
01	Scanner	12.032,72	4.548.366,27
02	Projetor Multimídia	4.016,17	759.055,37
03	Switch	11.373,87	4.299.322,86
04	Impressora portátil	1.513,93	286.132,77
05	Monitor LCD	1.102,23	624.964,41
06	Netbook	2.164,29	1.530.153,03
07	Notebook	4.945,52	4.678.465,07
08	Estação de trabalho tipo I	4.290,75	8.113.808,25
09	Estação de trabalho tipo II	5.388,73	10.190.094,73
10	Leitor de SmartCard	89,13	1.179.947,94
11	Impressora Laser Multifuncional P&B (*)	2.998,00	4.535.974,00
12	Impressora Laser Multifuncional Color	1.899,33	1.076.922,00
13	Nobreak de 5 KVA	9.145,00	868.775,00
14	Rack de piso de 42 U	21.010,11	1.995.960,45
15	KVM de 16 portas com console	16.609,87	1.577.937,65
16	Disco Rígido Externo Portátil	588,36	556.590,93
17	Unidade de fita (*)	13.775,75	1.308.696,25

Valor Total: R\$ 48.131.166,99



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

ANEXO II

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	TOTAL

Especificações Técnicas: (detalhar)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

ANEXO III

MODELO PARA TERMO DE ACEITE

Data de Entrega	
-----------------	--

Identificação do fornecedor		
Razão Social da Empresa		
CNPJ		
Endereço		
Pessoa para contato		
Telefone para contato		
Identificação do local de entrega		
Unidade do DPF		
Cidade / UF		
Endereço		
Identificação do servidor do DPF responsável pelo recebimento		
Nome		
Matrícula		
Cargo / Função		
Telefone para contato		
Produtos entregues		
Item	Descrição - Marca / Modelo	Número de Série
1		
2		
3		
4		
...		

Observações:

Fornecedor

Responsável pelo DPF



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

ANEXO IV

D E C L A R A Ç Ã O

(Nome da empresa)....., CNPJ nº....., sediada (endereço completo) declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade – UF, de de 2009

(nome e número da identidade do declarante)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

ANEXO V

DECLARAÇÃO

(Nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____ sediada (endereço completo) _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz:

() SIM () NÃO.

Cidade - UF, de de 2009.

(nome e número da identidade do declarante)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

[Identificação da Licitação]

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO] (doravante denominado [Licitação/Consórcio]), para fins do disposto no item [COMPLETAR] do Edital [COMPLETAR COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL], declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a proposta anexa foi elaborada de maneira independente [pelo Licitante/Consórcio], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO], por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO] quanto a participar ou não da referida licitação;

que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da [IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO] antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante de [ÓRGÃO LICITANTE] antes da abertura oficial das propostas; e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-las.

Brasília, 23 de agosto de 2010

([REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE/CONSÓRCIO NO ÂMBITO DA LICITAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA])

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

PREGÃO Nº XX/2010

PROCESSO Nº XXXXXXXXXXXXXXXX

VALIDADE: 12 meses

A **UNIÃO**, por intermédio do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL – ÓRGÃO GERENCIADOR**, com Sede em Brasília/DF, instalado na Coordenação de Tecnologia da Informação, no Setor Policial Sul, Quadra 07, Lote 23, inscrito no CNPJ sob o número 00.394.494/0080-30, órgão do Ministério da Justiça, neste ato representado por seu Coordenador de Tecnologia da Informação, Sr. JOSÉ LUIZ POVILL DE SOUZA CPF 819667097-49 e C.I. 06785782-1 IFP/SSP/RJ, com delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 042 de 11 de Fevereiro de 2008 - DG/DPF, do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX com sede na XXXXXXXXXXXXXXXX XXXX CEP – XXXXX-XXX, inscrita no CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX, representada pelo seu Diretor, o Sr. XXXXXXXX XXXXXX XXXXXXXX, portador da CI nº XXXXXXXX SSP/XX e CPF Nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado em XXXXXXXX-XX considerando o julgamento do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº XX/2010 - CTI/DPF, **RESOLVEM** lavrar a presente Ata de Registro de Preço, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação supracitada, bem como as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

obrigacional às partes, à luz das regras insertas nos Decretos nº 3.931/01, nº 5.450/2005 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93, bem como pela legislação pertinente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PREÇO

- Os preços dos produtos estão registrados nos termos da proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº XX/2009, conforme quadro abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	PREÇO	FORNECEDOR
1						
2						
...						

CLÁUSULA SEGUNDA - VALIDADE DA ATA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses, a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial da União, durante o qual a CTI/DPF não será obrigado a adquirir os equipamentos referidos na Cláusula Primeira – do Objeto, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº XX/2010, seus anexos e as propostas das empresas XXXXXXXXXX, classificada em 1º lugar do certame.

O foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem da utilização da presente ATA, será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 8.666/93, e demais normas aplicáveis.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

Brasília/DF, XX de XXXXXX de 2010.

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º XX/20XX

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM
A UNIÃO FEDERAL, ATRAVÉS DA
**COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO** DO DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA FEDERAL E A EMPRESA
XXXXXXXX XXXXXXXX, NA FORMA
ABAIXO:

A **UNIÃO FEDERAL**, através da **COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL/MJ**, localizada no SPO (Setor Policial), Lote 07, Edifício 23, CEP: 70610-902, inscrita no CNPJ/MF 00394494/0080-30, neste ato representada por seu Coordenador, o Senhor **JOSÉ LUIZ POVILL DE SOUZA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Portaria nº 34, de 31/01/2008, ora designada **CONTRATANTE** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** CEP – **XXXXX-XXX**, inscrita no CNPJ **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, designada **CONTRATADA** e representada pelo seu Diretor, o Sr. **XXXXXXXX XXXXXX XXXXXXXX**, portador da CI nº **XXXXXXXX SSP/XX** e CPF Nº **XXX.XXX.XXX-XX**, residente e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

domiciliado em XXXXXXX-XX, resolvem firmar, o presente CONTRATO, de acordo com o processo nº XXXX.XXXXXXX/2009-XX relativo ao Pregão Eletrônico nº XX/2010, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho, suas alterações posteriores, Decreto 3.931, Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, e suas alterações, do Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2009, Instrução Normativa nº 04, da SLTI do MPOG, de 19 de maio de 2008; da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 6.204 de 05 de setembro de 2007, Portaria Normativa SLTI/MP nº 01/2008, DOU 27.08.2008, pelas condições previstas no Edital, demais normas pertinentes e as seguintes cláusulas:

1. DO OBJETO

Aquisição de material permanente de informática conforme quadro a seguir:

ITEM	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	PREÇO
1					
2					
...					

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Este instrumento de Contrato guarda inteira conformidade com os termos do Pregão nº XX/2010, Processo nº XXXXXXXXXXXXXXXxx, do qual é parte integrante, como se aqui estivesse integralmente transcrito, vinculando-se, ainda, à proposta da CONTRATADA e a Ata de Registro de Preços.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos equipamentos e softwares de conformidade com o objeto contratado;

3.2 Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA;

3.3 Designar gestor para acompanhar a execução do contrato e responsabilizar-se pelo atesto das faturas;

3.4 Providenciar local, computadores e/ou projetores necessários à realização do treinamento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

3.5 Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

4.2 Efetuar a entrega dos equipamentos e softwares de acordo com as especificações, sendo que qualquer solicitação de modificação, assim como qualquer esclarecimento adicional, deverá ser formulada por escrito, devidamente fundamentados, para análise por parte do CONTRATANTE;

4.3 Substituir o equipamento não aceito pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a partir da ciência da rejeição;

4.4 Responsabilizar-se por todas as despesas de frete, impostos, diárias, remuneração e hospedagem de pessoal, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução contratual, as quais deverão estar inclusas no preço proposto;

4.5 Transmitir, por escrito, e-mail ou fac-símile, ao setor responsável, informações sobre a remessa do material encomendado, especialmente quanto à data do despacho da mercadoria, quantidade remetida, número da Nota Fiscal/fatura, nome da transportadora e a data prevista para a chegada do material, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

4.6 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigida no Instrumento convocatório, durante a vigência do contrato;

4.7 A CONTRATADA deverá prover serviço de suporte técnico remoto, com acionamento por ligação telefônica, por e-mail ou por meio de site na internet, para prestar auxílio aos técnicos do Departamento de Polícia Federal no esclarecimento de dúvidas, ajustes de configurações e implementação de funcionalidades nos bens adquiridos;

4.8 Os chamados técnicos efetuados com a finalidade de acionamento da garantia deverão ser atendidos em até 02 (dois) dias úteis, a contar da solicitação da CONTRATANTE, sendo o prazo para resolução ou troca do equipamento de até 7 (sete) dias corridos, a contar do início do atendimento;

4.9 Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá fornecer todas as correções e atualizações dos softwares propostos, sem nenhum ônus para o DPF, inclusive o de mão-de-obra;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

4.10 A manutenção nos equipamentos e softwares gerenciadores, em eventuais defeitos durante o período de garantia, ficará a cargo da CONTRATADA, cabendo-lhe efetuar os ajustes no sistema, conserto ou troca de peças defeituosas, por novas, sem nenhum tipo de ônus para a CONTRATANTE;

4.11 A CONTRATADA deverá no ato de entrega dos equipamentos fornecer relação da rede própria ou credenciada de assistência técnica;

4.12 A CONTRATADA será responsável, durante o período da garantia, pela retirada e devolução dos equipamentos para conserto ou reposição, sem ônus, junto às Unidades do Departamento de Polícia Federal situadas nas capitais dos Estados onde houver assistência técnica própria ou autorizada;

4.13 A assistência técnica deverá estar disponível nos dias úteis, em horário comercial.

5. DO LOCAL E DO PROCEDIMENTO DE ENTREGA

5.1 Os equipamentos deverão ser entregues nas unidades do DPF, cujas localidades e quantidades estão indicadas no Termo de Referência, em dias úteis, no horário de 8 as 12h e de 14 às 18 horas;

5.2 Os endereços completos deverão ser confirmados pela CONTRATADA no momento do fornecimento dos equipamentos;

5.3 Os equipamentos deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;

5.4 Os equipamentos especificados deverão ser entregues pela proponente em perfeitas condições de operação nos locais de instalação, conforme previsão de distribuição exposta no Termo de Referência, devendo a entrega ser informada com, no mínimo, 5 (cinco) dias corridos de antecedência.

5.5 As despesas de custeio com deslocamento dos equipamentos técnicos da proponente ao local de instalação, bem como todas as despesas de transporte, diárias, seguro ou quaisquer outros custos envolvidos ficam a cargo exclusivo da contratada.

6. VIGÊNCIA

6.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura do contrato com eficácia a partir da publicação do extrato de contrato no Diário Oficial da União para todos os itens que compõem o processo.

7. PREÇO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

7.1 Pela aquisição a CONTRATANTE pagará o valor total de R\$ _____, estando nele incluídas todas as despesas necessárias à sua perfeita aquisição.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 20XX, na classificação abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO:

NATUREZA DE DESPESA:

NOTA DE EMPENHO: EMITIDA EM:

VALOR: R\$

9. PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado à empresa, no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da data de apresentação das Notas Fiscais/Faturas, observado Art. 40 Inc. XIV, "a" da Lei 8.666/1993. As Notas Fiscais / Faturas serão pagas após serem devidamente atestadas pelo Fiscal, designado em documentação própria, podendo o Departamento de Polícia Federal descontar eventuais multas que tenham sido impostas à empresa e que tenham excedido o valor da garantia.

9.2 Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes de cada pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de aplicação de penalidade ou inadimplência decorrentes do presente processo.

9.4 As notas fiscais contendo incorreções serão devolvidas à empresa, no prazo de até cinco dias úteis, com as razões da devolução apresentadas formalmente, para as devidas retificações;

9.5 A empresa Contratada deverá indicar na Nota Fiscal/Fatura o número do Contrato firmado com o Departamento de Polícia Federal;

9.6 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

9.7 O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento. No caso de prorrogação do contrato, o DPF deverá exigir reforço da garantia.

10. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 Os serviços prestados serão acompanhados, fiscalizados e atestados por servidor designado pelo ordenador de despesa da unidade gestora, que também verificará o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições, inclusive a qualidade dos materiais recebidos, conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/93, além de atestar as faturas apresentadas pelas CONTRATADAS, devendo, ainda, fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

10.2 A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior. A ocorrência de qualquer dessas hipóteses não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes, conforme dispõe o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

10.3 A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do serviço, se em desacordo com o Contrato.

10.4 Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pelas CONTRATADAS.

10.5 O Fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos materiais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.6 As Contratadas deverão indicar representantes oficiais para representá-las na execução dos Contratos.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 No caso da inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, estará sujeita a empresa adjudicatária às sanções previstas na legislação específica, podendo a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Contratada, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

11.1.2 Multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso sobre o valor do inadimplemento para o caso de descumprimento das obrigações assumidas até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

11.1.3 Multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso sobre o valor do inadimplemento para o caso de descumprimento das obrigações assumidas após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

11.1.4 Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

11.2 No caso de inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações.

11.3 No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

11.4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

11.5 As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando para o atraso no cumprimento das obrigações for apresentada justificativa por escrito pela empresa Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, e aceita pela Contratante;

11.6 Poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação e, ainda, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, o licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;

11.7 As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais;

11.8 A multa aplicada após regular processo administrativo deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

12. RESCISÃO

12.1 Conforme o disposto no inciso IX, do art. 55, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, do referido Diploma Legal.

12.2 A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no Art. 78, da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do presente Contrato.

12.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

12.5 A rescisão determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, acarreta as consequências previstas no art. 87 do mesmo diploma legal, sem prejuízo das demais sanções previstas.

12.6 Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá a CONTRATANTE contratar os serviços das licitantes classificadas em colocação subsequente, observadas as disposições do Inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666/93, ou efetuar nova licitação.

13. ALTERAÇÃO

13.1 Este Contrato poderá ser alterado mediante termo aditivo, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

14. PUBLICAÇÃO

14.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

15. DO FORO

15.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília-DF, de de 2010

ANEXO IX

PROCEDIMENTOS PARA MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO (DESKTOPS e NOTEBOOK)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

PROCEDIMENTOS DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO	
O presente documento tem como objetivo guiar, esclarecer e padronizar os procedimentos para realização de mensuração de desempenho do equipamento exigido no processo de aquisição das estações de trabalho do Departamento de Polícia Federal	
Indicadores de desempenho	BAPCO SYSmark 2007
Referência do Indicador	SYSmark® 2007 Preview http://www.bapco.com

1. INTRODUÇÃO

A família SYSmark® de produtos para benchmark é utilizada por integradores de PCs, desenvolvedores de software, empresas de serviços de TI, integradores de sistemas, editores e laboratórios de ensaios, analistas da indústria de computação, órgãos governamentais, entre outros.

O BAPCo SYSmark® 2007 Preview, software desenvolvido de forma cooperativa pelos membros da Business Applications Performance Corporation (BAPCo), permite avaliar, de forma consistente e científica, a performance de computadores que utilizem os sistemas operacionais Windows® XP (Professional e Home) com Service Pack 3 e Windows® Vista™ com o Service Pack 1, executando aplicativos reais através de uma série de operações. O SYSmark® 2007 Preview é uma aplicação de benchmark que reflete padrões de utilização dos usuários em empresas nas áreas de criação de vídeo, e-learning, Modelagem 3D e produtividade em escritório.

A pontuação geral média fornecida pelo SYSmark® 2007 Preview (SYSmark® 2007 Preview Overall Rating) é o produto das quatro situações de uso (cenários), resumidamente:

- SYSmark® 2007 – e-Learning:** mede a performance do computador em relação a aplicativos típicos utilizados na produção de treinamentos interativos via WEB.
- SYSmark® 2007 - Office Productivity:** contém cargas de trabalho projetadas cientificamente que representam inúmeras atividades que um funcionário poderá encontrar em um ambiente de escritório.
- SYSmark® 2007 – Video Creation:** mede a performance do computador em relação aos aplicativos típicos utilizados quando se trabalha com criação de vídeos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- d) **SYSmark® 2007 – 3 D Modeling:** mede a performance do computador em relação aos aplicativos típicos utilizados quando se trabalha com manipulação de imagens 3 D.

2. CARACTERÍSTICAS E MÓDULOS

Os cenários concebidos para o SYSmark® 2007 Preview utilizam as seguintes aplicações:

Adobe® After Effects® 7

Adobe® Illustrator® CS2

Adobe® Photoshop® CS2

AutoDesk® 3ds Max® 8

Macromedia® Flash 8

Microsoft® Excel 2003

Microsoft® Outlook 2003

Microsoft® PowerPoint 2003

Microsoft® Word 2003

Microsoft® Project 2003

Microsoft® Windows Media™ Encoder 9

Sony® Vegas 7

SketchUp 5

WinZip® 10.0

3. MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO COM O SYSmark® 2007

3.1. REQUISITOS DO SISTEMA A SER AVALIADO

O BAPCo SYSmark® 2007 suporta ambos as versões de 32 e 64 bits do Windows® Vista™ com o Service Pack 1, e Windows® XP (Professional e Home) com Service Pack 3. A aplicação requer 1 GB de RAM, processador Intel® Pentium® 4 de 2,8 GHz ou AMD® Athlon 64 2800+, 30 GB de espaço livre em disco e uma unidade de DVD-ROM.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

3.2. PREPARAÇÃO DO EQUIPAMENTO

Essa relação lista alterações a serem realizadas sobre as configurações originais do sistema operacional e dos componentes de hardware e software do equipamento. Os passos abaixo devem ser seguidos na íntegra, não sendo aceitos procedimentos diversos, como utilização de “imagens”.

O equipamento testado deverá possuir todos os componentes e as mesmas características do equipamento ofertado no edital.

Não serão admitidos ajustes e configurações que impliquem no funcionamento do equipamento fora das condições normais recomendadas pelo fabricante do equipamento ou dos componentes, tais como: uso de *overclocking* em processadores, modificações de tensões padrão em componentes ou modificação de frequência de operação da placa-mãe.

Deve ser utilizada a configuração padrão de fábrica de BIOS, sendo permitida apenas alteração na parte de utilização de memória de vídeo, para a memória de vídeo exigida no edital.

3.3. PROCEDIMENTOS PRELIMINARES

- a) Formatar o disco rígido com uma única partição NTFS, ocupando o espaço máximo disponível.
- b) Instalar o Microsoft Windows Vista™ Business x86 com Service Pack 1.
- c) Desativar o firewall do Windows Vista™, assim como as notificações do firewall desativado.
- d) Utilizar a configuração padrão do Windows no esquema de cores (Configurações de Aparência) e não habilitar a “Barra Lateral do Windows”.
- e) Ativar a execução de conteúdo ativo nas propriedades do Microsoft Internet Explorer.
- f) Instalar os drivers fornecidos pelo fabricante para todos os dispositivos de hardware, como chipset, vídeo, som e rede.
- g) Desabilitar as atualizações automáticas do Windows Update.
- h) Verificar se todos os dispositivos estão corretamente instalados no gerenciador de dispositivos.
- i) A resolução da tela deve estar configurado com 1024x768 pixels, com profundidade de cores em 32bits e 75 Hertz de frequência de atualização de tela.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

- j) Alterar memória virtual para o dobro da memória física (Ex: memória física de 512 Megabytes => virtual de 1024 Megabytes).
- k) Fazer as seguintes alterações em Opções Regionais e de Idiomas do painel de controle:
Guia Opções Regionais - Padrões e Formatação = Inglês (Estados Unidos); Guia Idiomas - Serviços de Texto e Idiomas de Entrada – Detalhes -Serviços Instalados = instalar Inglês (Estados Unidos), teclado Estados Unidos (Internacional) e remover Português (Brasil).
- l) Desabilitar proteção de tela.
- m) Desabilitar senhas de *login*.
- n) Alterar em opções de energia opções para “nunca” desligar.
- o) Desconectar cabo de rede e reiniciar o equipamento.

3.4.PROCEDIMENTOS DE INSTALAÇÃO DO SYSmark® 2007

- a) Iniciar o sistema com privilégios de administrador.
- b) Instalar o SYSmark® 2007 Preview seguindo as orientações do desenvolvedor, contidas no sítio www.bapco.com.
- c) Executar o SYSmark® 2007 Preview no modo Official Run com três iterações.
- d) O resultado gerado pelo software deverá ser impresso e entregue anexado à proposta.
- e) O índice a ser considerado é o SYSmark® 2007 Preview (Overall) Rating que é calculado a partir da média geométrica dos valores gerados para cada um dos cenários, desprezando-se a parte fracionária (vide exemplo abaixo). O resultado deverá ser maior ou igual ao apontado na especificação técnica.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

ANEXO XI

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1. ITEM 01 – SCANNER

1.1. Especificações Mínimas:

- 1.1.1. Alimentação automática (ADF) com bandeja de, no mínimo, 50 (cinquenta) documentos, com alimentação contínua;
- 1.1.2. Resolução de saída de 600 DPI, no mínimo, para bitonal e cores;
- 1.1.3. Dimensões dos documentos originais: Formato A4 e Ofício, no mínimo;
- 1.1.4. Interface USB2.0;
- 1.1.5. Deve ser fornecido com drivers ISIS e TWAIN;
- 1.1.6. Formato de saída padrão JPEG, TIFF e PDF, no mínimo;
- 1.1.7. Velocidade mínima de captura com orientação retrato, páginas A4 e com resolução de 200 dpi:

Preto e branco	Simplex	55 ppm
Colorido	Simplex	35 ppm
Preto e branco	Duplex	110 ipm
Colorido	Duplex	70 ipm

- 1.1.8. Permitir a captura de imagens em preto e branco, tons de cinza e cores, nos modos simples e duplex;
- 1.1.9. Permitir a captura de imagens duplex em uma única passagem;
- 1.1.10. Capacidade de digitalização diária de, no mínimo, de 4.800 documentos no formato A4;
- 1.1.11. Mecanismo para detecção de dupla alimentação de documentos através de sensor ultrassônico;
- 1.1.12. Ajuste automático da imagem do documento ao tamanho da tela;
- 1.1.13. Eliminação automática das bordas das imagens, permitindo a alimentação dos documentos de tamanhos variados;
- 1.1.14. Ajuste automático da orientação dos documentos;
- 1.1.15. Permitir realizar auto-rotação das imagens (90, 180, 270 graus), possibilitando a alimentação de documentos em diferentes posições;
- 1.1.16. Eliminação automática de páginas em branco durante o pós-processamento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- 1.1.17. Permitir edição e manipulação de imagens, permitindo zoom, recortar, redigitalizar, incluir e excluir;
- 1.1.18. O equipamento deve possuir fonte de alimentação com seleção automática de tensão (110/220V) e frequência de 50/60 Hz;
- 1.1.19. Deve ser fornecido com drivers e software para digitalização de fotografias, textos e imagens, softwares para gerenciamento do módulo digitalizador e software OCR para geração de textos a partir de itens digitalizados compatíveis com sistemas operacionais MS-Windows SP Professional, MS-Windows Vista e versões superiores lançadas até a data de publicação do edital;
- 1.1.20. Deverá possuir software que permita a operação sem necessidade de utilização de placa adicional (comunicação direta via interface física) totalmente em português (Brasil), que permita definir modos de operação do scanner (resolução, índices, parâmetros de melhoria da imagem, rotação, luminosidade, contraste, etc), que permita gerar arquivos de índice por lotes e por documentos, gravando as imagens digitalizadas, no mínimo, nos formatos TIFF, JPEG e PDF;
- 1.1.21. O equipamento e todos os seus periféricos devem ser compatíveis com os Sistemas Operacionais MS-Windows SP Professional, MS-Windows Vista Business e versões superiores lançadas até a data da publicação do edital;
- 1.1.22. Todos os equipamentos deverão ser fornecidos com cabos, softwares, drivers e todos os dispositivos necessários ao seu perfeito funcionamento, acompanhados de documentação completa e atualizada, contendo todos os manuais pertinentes, incluindo os manuais dos seus acessórios;

1.2. GARANTIA

- 1.2.1. Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos;

2. ITEM 02 – PROJETOR MULTIMÍDIA

2.1. Especificações Mínimas:

- 2.1.1. Projetor de imagem para conexão com microcomputadores, com tecnologia LCD, DLP ou similar;
- 2.1.2. Suportar, pelo menos, a resolução de 1024 x 768 pixels;
- 2.1.3. Possuir entradas independentes para S-Vídeo e Vídeo Composto;
- 2.1.4. Suportar os padrões de vídeo PAL, PAL-M, PAL-N, NTSC, SECAM, no mínimo, com seleção automática/manual;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- 2.1.5. Proporção de projeção padrão 4:3, suportando ou sendo compatível com a proporção 16:9;
- 2.1.6. Zoom com taxa de 1:1,2 ou superior, com ajuste através de controle remoto;
- 2.1.7. Brilho mínimo de 2000 lúmens ANSI;
- 2.1.8. Relação de contraste de, no mínimo, 700:1;
- 2.1.9. Duração da lâmpada em modo normal de, no mínimo, 2.000 horas;
- 2.1.10. Possuir ajuste de inclinação;
- 2.1.11. Acompanhar controle remoto que permita controle dos parâmetros de brilho, contraste, cor, zoom, seleção do sinal de entrada e de todos os demais ajustes dos recursos disponíveis no projetor;
- 2.1.12. Alimentação 110/220 volts, chaveado ou com seleção automática;
- 2.1.13. Deverão ser fornecidos: Manuais (em português), CD de instalação e controle remoto.

2.2. GARANTIA

- 2.2.1. Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos;

3.

ITE

**M 03 – SWITCH DE ACESSO CAMADA 2 – 48 PORTAS 10/100/1000BASETX
COM 04 UPLINKS FLEXÍVEIS**

3.1. Especificações Mínimas:

- 3.1.1. Comutador Ethernet com no mínimo de 48 (quarenta e oito) portas 10/100/1000 BaseTX “auto-sensing” e conector RJ-45;
- 3.1.2. Deve suportar pelo menos 4 (quatro) portas de uplink flexíveis combo (RJ45/SFP);
- 3.1.3. Devem ser suportadas pelo menos as seguintes opções de uplink: 10/100/1000 com conector RJ45, 1000BaseT, 1000Base SX, 1000BaseLX/LH;
- 3.1.4. Possuir uma matriz de comutação com pelo menos 32,0 Gbps (trinta e dois Gigabits por segundo);
- 3.1.5. Possuir capacidade de processamento de pelo menos 39 milhões de PPS (trinta e nove milhões de pacotes por segundo) em nível 2 (modelo OSI);
- 3.1.6. Possuir LEDs, por porta, que indiquem a integridade e atividade do link, a velocidade de conexão e também o modo de operação (half/full duplex); Operação half e full duplex, auto-negociável em portas 100BASE-T



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- comutadas, fornecendo até 200 Mbps de largura de banda para estações terminais, servidores e entre switches;
- 3.1.7. Suportar o encaminhamento de “mini jumbo frames” em todas as portas do switch (frames de 1530 bytes);
 - 3.1.8. Suportar o encaminhamento de “jumbo frames” nas portas Gigabit Ethernet do switch (frames de 9018 bytes);
 - 3.1.9. Possuir capacidade para no mínimo 8000 endereços MAC;
 - 3.1.10. As interfaces devem obedecer às normas técnicas IEEE802.3 (10Base-T), IEEE802.3u (100Base-TX), IEEE 802.3ab (1000Base-T), IEEE 802.3z (1000Base-X);
 - 3.1.11. Suporte ao modo de comutação "store and forward";
 - 3.1.12. Ser fornecido com configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para implementação de todas as funcionalidades descritas neste termo de referência;
 - 3.1.13. Possuir fonte de alimentação com as seguintes características:
 - 3.1.13.1. Interna ao equipamento;
 - 3.1.13.2. Chaveada ou com ajuste automático de tensão entre 100 a 230 volts;
 - 3.1.13.3. Frequência de 60 Hz.
 - 3.1.13.4. Instalável em bastidor padrão de 19”, sendo que deverão ser fornecidos os respectivos Kit’s de fixação;
 - 3.1.14. Devem ser fornecidos todos os acessórios necessários para operacionalização do equipamento, tais como:
 - 3.1.14.1. Softwares;
 - 3.1.14.2. Cabos lógicos de gerenciamento/console interface RS-232;
 - 3.1.14.3. Cabos de energia elétrica;
 - 3.1.15. Deve ser fornecido com documentação técnica e manuais que contenham informações suficientes para possibilitar a instalação, configuração e operacionalização do equipamento. Esta documentação pode ser fornecida através de cd-rom em inglês ou português.
 - 3.1.16. Redes Locais Virtuais (VLANs)
 - 3.1.16.1. Implementar LAN Virtual (VLAN) conforme padrão IEEE 802.1Q;
 - 3.1.16.2. Permitir a criação de no mínimo 128 VLANs ativas baseadas em portas;
 - 3.1.16.3. Permitir a criação de subgrupos dentro de uma mesma VLAN com conceito de portas “isoladas” e portas “promíscuas”, onde portas isoladas não se comunicam com outras portas isoladas, mas apenas com as portas promíscuas de uma dada VLAN;
 - 3.1.16.4. Deve permitir a criação, remoção e distribuição de VLANs de forma dinâmica através de portas configuradas como tronco IEEE 802.1Q.
 - 3.1.17. “Trunking”



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- 3.1.17.1. Implementar “VLAN Trunking” padrão IEEE 802.1Q nas portas Fast Ethernet e Gigabit Ethernet. Deve ser possível estabelecer quais VLANs serão permitidas em cada um dos troncos configurados;
- 3.1.17.2. Implementar a funcionalidade de “Port Trunking” conforme padrão IEEE 802.3ad;
- 3.1.17.3. Deve ser possível criar grupos de portas contendo pelo menos 04 portas Fast Ethernet (em “full duplex”);
- 3.1.17.4. Deve ser possível criar grupos de portas contendo pelo menos 02 portas Gigabit Ethernet (em “full duplex”);
- 3.1.17.5. Deve permitir a criação de pelo menos 06 grupos de portas agregadas.
- 3.1.18. “Spanning Tree”
 - 3.1.18.1. Implementar o Protocolo Spanning-Tree conforme padrão IEEE 802.1d;
- 3.1.19. Implementar o padrão IEEE 802.1s (“Multiple Spanning Tree”), com suporte a no mínimo 16 instâncias simultâneas do protocolo Spanning Tree;
 - 3.1.19.1. Implementar o padrão IEEE 802.1w (“Rapid Spanning Tree”);
 - 3.1.19.2. Implementar mecanismo de proteção da “root bridge” do algoritmo Spanning-Tree para prover defesa contra ataque do tipo “Denial of Service” no ambiente nível 2;
 - 3.1.19.3. Deve permitir a suspensão de recebimento de BPDUs (Bridge Protocol Data Units) caso a porta esteja colocada no modo
- 3.1.20. “fast forwarding” (conforme previsto no padrão IEEE 802.1w). Sendo recebido um BPDU neste tipo de porta deve ser possível desabilitá-la automaticamente.
- 3.1.21. Qualidade de Serviço (“QoS”)
 - 3.1.21.1. Implementar pelo menos quatro filas de saída por porta;
 - 3.1.21.2. Implementar pelo menos uma fila de saída com prioridade estrita por porta e divisão ponderada de banda entre as demais filas de saída;
 - 3.1.21.3. Implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores de classe de serviço do frame ethernet (IEEE 802.1p CoS);
 - 3.1.21.4. Implementar classificação, marcação e priorização de tráfego baseada nos valores do campo “Differentiated Services Code Point” (DSCP) do cabeçalho IP, conforme definições do IETF;
 - 3.1.21.5. Implementar classificação de tráfego baseada em endereço IP de origem/destino, portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem/destino;
 - 3.1.21.6. Implementar funcionalidades de QoS de “Traffic Shaping” e “Traffic Policing”. Deve ser possível a especificação de banda por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

classe de serviço. Para os pacotes que excederem a especificação deve ser possível configurar ações tais como: transmissão do pacote sem modificação, transmissão com remarcação do valor de DSCP, descarte do pacote.

3.1.22. Gerenciamento

- 3.1.22.1. Possuir porta de console para gerenciamento e configuração via linha de comando. O conector deve ser RJ-45 ou padrão RS-232. (Os cabos e eventuais adaptadores necessários para acesso à porta de console devem ser fornecidos);
- 3.1.22.2. Possuir uma interface de gerenciamento baseada em WEB (HTTP) que permita aos usuários configurar e gerenciar switches através de um browser padrão;
- 3.1.22.3. Gerenciável via Telnet (com no mínimo 5 sessões simultâneas) e porta de console;
- 3.1.22.4. Deve ser gerenciável via SSH versão 2 (SSHv2), suportando, no mínimo, o algoritmo de criptografia 3DES;
- 3.1.22.5. Deve ser possível agrupar logicamente pelo menos 6 switches deste mesmo modelo e família, formando um “cluster” lógico e gerenciá-los graficamente através de um único endereço IP;
- 3.1.22.6. Permitir o espelhamento de uma porta e de um grupo de portas para uma porta especificada. Deve ser possível espelhar o tráfego originado em um switch do “cluster” lógico para uma porta de destino localizada em um switch diferente do “cluster”;
- 3.1.22.7. Possuir agente de gerenciamento SNMP (RFC 1157), MIB SNMP II, extensões MIB SNMP, MIB bridging (RFC 1493), que possua descrição completa da MIB implementada no equipamento, inclusive as extensões privadas, se existirem;
- 3.1.22.8. Deve ser gerenciável via SNMP (v1, v2 e v3) e RMON;
- 3.1.22.9. Implementar nativamente 4 grupos RMON (History, Statistics, Alarms e Events) conforme RFC 1757;
- 3.1.22.10. O equipamento deve suportar gerência de inventário e configuração:
 - 3.1.22.10.1. O fabricante dos equipamentos ofertados deverá possuir ferramenta que permita gerenciar as configurações física e lógica destes;
 - 3.1.22.10.2. Esta ferramenta de gerência deve ser capaz de visualizar, no mínimo, as informações de modelo e fabricante do equipamento, versão de sistemas operacionais instalada, módulos de interfaces instalados e memória instalada;
 - 3.1.22.10.3. Deverá possibilitar a emissão de relatórios contendo número de equipamentos de um determinado modelo,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

equipamentos com dada versão de sistema operacional e com um dado módulo instalado;

3.1.22.10.4. Deverá suportar o gerenciamento dos arquivos de configuração do equipamento e alterações de configuração efetuadas nestes.

3.1.22.11. Implementar o protocolo Syslog para funções de “logging” de eventos;

3.1.22.12. Possibilidade de configuração automática via rede através de protocolo BOOTP;

3.1.22.13. Possibilidade de upgrade de software através do protocolo TFTP;

3.1.22.14. Deverá possuir arquitetura que utilize memória Flash-EPROM para armazenamento do sistema operacional;

3.1.22.15. Implementar o protocolo NTP (Network Time Protocol), incluindo autenticação entre os peers NTP, conforme definido na RFC 1305;

3.1.22.16. Implementar DHCP Client;

3.1.22.17. Implementar LLDP e LLDP-MED.

3.1.23. Segurança

3.1.23.1. Suportar autenticação, autorização e “accounting” via RADIUS;

3.1.23.2. Possuir suporte a protocolo de autenticação para controle do acesso administrativo ao equipamento que possua pelo menos as seguintes características:

3.1.23.2.1. Implemente mecanismos de AAA (Authentication, Authorization e Accounting) com garantia de entrega dos pacotes transferidos entre cliente e servidor AAA;

3.1.23.2.2. Criptografe todos os pacotes enviados ao servidor de controle de acesso e não só os pacotes referentes à senha;

3.1.23.2.3. Permita controlar quais comandos os usuários e grupos de usuários podem executar nos equipamentos gerenciados. Devem ficar registrados no servidor AAA todos os comandos executados, assim como todas as tentativas não autorizadas de execução de comandos feitas por usuários que tiverem acesso ao equipamento gerenciado;

3.1.23.2.4. Utilize o protocolo TCP para prover maior confiabilidade ao tráfego dos pacotes envolvidos no controle administrativo;

3.1.23.2.5. Deve haver autenticação mútua entre o servidor AAA e o cliente AAA.

3.1.23.3. Implementar controle de acesso por porta (IEEE 802.1x). Deve ser suportada a atribuição de VLANs após a identificação do usuário, atribuição do usuário a uma VLAN “Guest” caso a máquina que esteja utilizando para acesso à Rede não tenha cliente 802.1x operacional;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- 3.1.23.4. Implementar “accounting” das conexões IEEE 802.1x. Devem ficar registradas pelo menos as seguintes informações da conexão: nome do usuário e grupo a que pertence, switch em que o computador do usuário está conectado, porta do switch usada para acesso, endereço MAC da máquina usada pelo usuário, horários de início e término da conexão, bytes transmitidos e recebidos;
- 3.1.23.5. Permitir a associação de um endereço MAC específico a uma dada porta do switch, de modo que somente a estação que tenha tal endereço possa usar a referida porta para conexão. Deve ser possível desabilitar a porta e enviar um trap SNMP caso algum MAC diferente tente se conectar à porta;
- 3.1.23.6. Deve ser possível estabelecer o número máximo de endereços MAC que podem estar associados a uma dada porta do switch. Deve ser possível desabilitar a porta e enviar um trap SNMP caso o número de endereços MAC configurados para a porta seja excedido;
- 3.1.23.7. Implementar listas de controle de acesso (ACLs) baseadas em endereço IP de origem e destino, portas TCP e UDP de origem e destino, endereços MAC de origem e destino;
- 3.1.23.8. Permitir a criação de listas de acesso baseadas em endereços IP para limitar o acesso ao switch via Telnet e SSH. Deve ser possível definir os endereços IP de origem das sessões Telnet e SSH;
- 3.1.23.9. Possuir controle de broadcast, multicast e unicast por porta. Deve ser possível especificar limiares (“thresholds”) individuais para tráfego tolerável de broadcast, multicast e unicast em cada porta do switch. Excedidos os valores pré-configurados deve ser possível enviar um trap SNMP e desabilitar a porta;
- 3.1.23.10. Promover análise do protocolo DHCP e permitir que se crie uma tabela de associação entre endereços IP atribuídos dinamicamente, MAC da máquina que recebeu o endereço e porta física do switch em que se localiza tal MAC.
- 3.1.24. “Multicast”
 - 3.1.24.1. Implementar IGMP Snooping (v1, v2 e v3). O comutador deve ser capaz de fazer “snooping” de pacotes IGMPv1, IGMPv2 e IGMPv3.

3.3. GARANTIA

- 3.3.1. Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

4. ITEM 04 – IMPRESSORA PORTÁTIL

4.1. Especificações Mínimas:

- 4.1.1. Velocidade de impressão preto (rascunho, A4): no mínimo 17 ppm
- 4.1.2. Velocidade de impressão cor (rascunho, A4): 12 ppm
- 4.1.3. Interface: USB 2.0
- 4.1.4. Sistemas operacionais compatíveis: Microsoft® Windows® XP Professional , Windows Vista® e Windows 7.
- 4.1.5. Resolução de impressão mono: no mínimo 1200 x 1200 dpi
- 4.1.6. Resolução de impressão color: no mínimo 4800 dpi
- 4.1.7. Ciclo de trabalho (mensal, A4): 500 páginas
- 4.1.8. Velocidade do processador: 192 MHz
- 4.1.9. Memória instalada: no mínimo 32 MB
- 4.1.10. Tamanhos de mídia suportados: A4, A5 , A6, B5 (JIS), C6, DL, L, 2L
- 4.1.11. Bateria interna ou acoplada suficiente para imprimir até 300 páginas
- 4.1.12. Tempo de recarga da bateria: No máximo 03 horas.
- 4.1.13. Tipo de alimentação: externa: fornecimento de energia universal, 100 a 240 VCA ($\pm 10\%$), 50/60 Hz
- 4.1.14. Peso do produto: máximo 2,5 kg
- 4.1.15. Cartuchos originais preto: 01 unidade compatíveis com o produto ofertado;
- 4.1.16. Cartuchos originais coloridos: 01 unidade compatíveis com o produto ofertado;e
- 4.1.17. Cabo USB 2.0
- 4.1.18. Estojo para transporte e proteção

4.2. Garantia:

- 4.2.1. Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

5. ITEM 05 – MONITOR LCD

5.1. Especificações Mínimas:

Tipo	LCD Policromático
Tecnologia	TFT (matriz ativa)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

Tamanho nominal	22 polegadas de diagonal de face
Resolução suportada (mínimo)	1680 ×1050 pixels a 60 Hz
Dot Pitch	0,282 mm
Cores suportadas (mínimo)	16 Milhões
Conectores de Saída	01 VGA + 01 DVI-D
Tempo máximo de resposta	5 ms
Relação de Contraste	1000:1
Brilho	250 cd/m2
Cor	Predominante Preto ou Grafite
Ajustes de ângulos de visão	70 graus horizontal e 65 graus vertical
Ajuste OSD	Idioma, Autoajuste, Intensidade de Cor, Brilho, Contraste, Tamanho de Tela Horizontal e Vertical.
Fonte de Alimentação	Integrada ao monitor (AC 100-240V a 50-60Hz) e cabo de força com tomada 2P+T com adaptador para ABNT 14136, ou ABNT 14136 com adaptador para 2P + T
Certificação	Apresentar certificado TCO 03 ou superior
Ajuste de Altura (mínimo)	5 cm

5.2. Garantia:

5.2.1. Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

6. ITEM 06 – NETBOOK

6.1. Especificações Mínimas:

6.1.1. Motherboard:

- 6.1.1.1. 2 interfaces USB 2.0 integradas;
- 6.1.1.2. 1 interface Wireless integrada 802,11g ou superior;
- 6.1.1.3. Conector de rede integrado 10/100 LAN (RJ45);
- 6.1.1.4. Controladora de som, estéreo 16 bits, com entrada para microfone, saída para fone de ouvido, microfone integrado e 02 alto-falantes embutidos;

6.1.2. Processadores configuração mínima:

- 6.1.2.1. Processador com velocidade real (clock interno) de 1,6 GHz ou superior;
- 6.1.2.2. Velocidade de Barramento mínimo de 533 MHz;
- 6.1.2.3. Memória cache L2 mínimo de 512KB;

6.1.3. Memória RAM:

- 6.1.3.1. Memória mínima instalada: 2048 MB;

6.1.4. Webcam

- 6.1.4.1. Embutida de 1.3 MP

6.1.5. Bluetooth

- 6.1.5.1. Integrado compatível com versão 2.1.

6.1.6. Unidade de disco rígido:

- 6.1.6.1. Capacidade de armazenamento de 160 GB;

6.1.7. Display colorido:

- 6.1.7.1. Tela WSVGA de LED no mínimo: 10 polegadas;
- 6.1.7.2. Tela com tecnologia TrueBright, BrightView ou compatível;

6.1.8. Controladora de vídeo 3D integrada:

- 6.1.8.1. Memória de vídeo: 256MB (compartilhada);

6.1.9. Peso:

- 6.1.9.1. Não superior a 1,4 Kg;

6.1.10. Manuais, drivers e acessórios:

- 6.1.10.1. Fornecer todos os componentes instalados, configurados e ativados, bem como seus respectivos drivers, acessórios e manuais para instalação e configuração.

6.1.11. Acessórios/componentes:

- 6.1.11.1. Dispositivo de apontamento (tipo Trackball ou touchpad), embutido no gabinete principal;
- 6.1.11.2. Bateria interna com duração mínima de 3 horas de funcionamento ininterrupto;
- 6.1.11.3. Recursos de stand-by e dormência de vídeo/cpu para economia de energia;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- 6.1.11.4. “Sleeve” para acondicionamento e transporte;
- 6.1.11.5. Microsoft Windows 7 professional ou superior;
- 6.1.11.6. Microsoft Office Standard versão 2007 ou superior;
- 6.1.12. O equipamento não pode ser “recondicionado”;
- 6.1.13. O fabricante deverá constar na lista de membros do DMTF disponível em: <http://www.dmtf.org/about/list>
- 6.1.14. Deverá ser comprovada a compatibilidade com os sistemas operacionais Windows 7, mediante presença na lista Windows Catalog, mantida pela Microsoft, devidamente atualizado;
- 6.1.15. Deverá ser comprovada a compatibilidade com, pelo menos, uma distribuição de Linux;
- 6.1.16. Todos os dispositivos de hardware, além de seus drivers e outros softwares fornecidos com o equipamento deverão ser compatíveis com os seguintes sistemas operacionais: Windows 7;
- 6.1.17. O fornecedor deverá garantir ao DPF a possibilidade de gravação de imagem do sistema operacional com personalização necessária à utilização da instituição antes da entrega.

6.2. Garantia:

- 6.2.1. Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

7. ITEM 07 – NOTEBOOK

7.1. Especificações Mínimas:

7.1.1. Índice de Desempenho

- 7.1.1.1. Deverá atingir índice de, no mínimo, 160 para o desempenho medido pelo software BAPCO SYSmark 2007.
- 7.1.2. Processador
 - 7.1.2.1. Compatível com tecnologia móvel, com no mínimo 2.40GHz;
 - 7.1.2.2. Possuir núcleo duplo ou superior com arquitetura x86, 64 bits do tipo Mobile;
 - 7.1.2.3. Possuir memória cachê L2 de 1MB, total ou superior;
 - 7.1.2.4. FSB ou Hypertransport de 800 MHz.

7.1.3. Placa Principal

- 7.1.3.1. Possuir interface de disco rígido padrão SATA;
- 7.1.3.2. Interface para periféricos padrão UltraDMA 100 ou superior;
- 7.1.3.3. Possuir chip de segurança TPM no mínimo versão 1.2.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- 7.1.3.4. Atualização da BIOS, por meio de interface gráfica através de utilitário próprio do fabricante;

7.1.4. Sistema Básico de Entrada e Saída – BIOS

- 7.1.4.1. Tecnologia CMOS com EEPROM recarregável;
- 7.1.4.2. Compatível com o padrão Plug & play;
- 7.1.4.3. Possuir suporte a ACPI (Advanced Configuration and Power Interface);
- 7.1.4.4. Possuir suporte a SMBIOS v 2.4 (System Management BIOS);
- 7.1.4.5. Controle de acesso através de senhas, sendo uma para inicializar o computador, outra para os recursos de gerência e para alteração das configurações da BIOS;
- 7.1.4.6. Deve possuir o nome do fabricante gravado e exibi-lo quando da inicialização do microcomputador. Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou customizada para seu uso exclusivo. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante.

7.1.5. Memória

- 7.1.5.1. Possuir, no mínimo, 04 Gb de memória;
- 7.1.5.2. Arquitetura Dual Channel padrão DDR2, ou superior;

7.1.6. Disco Rígido

- 7.1.6.1. Deverá possuir 01 (uma) unidade de disco rígido de, no mínimo, 320 GB;
- 7.1.6.2. Padrão SATA-150, ou superior;
- 7.1.6.3. Velocidade de rotação mínima de 5.400 rpm;
- 7.1.6.4. Compatível e conectada à controladora integrada ao equipamento;
- 7.1.6.5. Possuir proteção instintiva contra impactos quando em funcionamento do disco rígido através de sistemas mecânico (amortecimento);

7.1.7. Unidade de Ótica

- 7.1.7.1. Uma unidade de DVD-RW, compatível com os padrões DVD+R, DVD+RW, DVD+R Dual Layer, DVD-R, DVD-RW, CD-R, CD-RW, CD-ROM e que seja compatível com o sistema operacional instalado;
- 7.1.7.2. Instalada internamente, em baia fixa ou removível;
- 7.1.7.3. Possuir luz indicadora de leitura e gravação e mecanismo de ejeção de emergência;
- 7.1.7.4. Deve ser fornecido software de gravação e regravação de CD e DVD;

7.1.8. Interfaces e dispositivos integrados

- 7.1.8.1. Placa de vídeo, com até 384MB de memória compartilhada dinamicamente, suporte às resoluções de 1280 x 800 e/ou 1440 x



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

900 com profundidade de cores de 32 bits e conector VGA 15 pinos para monitor externo;

7.1.8.2. Controladora de rede Wireless em conformidade com o padrão IEEE 802.11 b/g/n (Wi-fi) em slot padrão PCI-Express minicard ou PC card integradas internamente ao equipamento. Não serão aceitas ofertas de cartões do tipo PCMCIA ou Express Card;

7.1.8.3. Uma interface de som padrão High Definition Áudio com conectores para microfone e fone de ouvidos;

7.1.8.4. Interface de rede compatível com os padrões Ethernet, Fast-Ethernet e Gigabit Ethernet, autosense, full-duplex e plug-and-play, configurável totalmente por software, com função wake-on-lan instalada e em funcionamento, PXE 2.1, TCP/IP/UDP Checksum offload e RSS (Receive Side Scalling), com conector RJ45;

7.1.8.5. Uma interface padrão IEEE 1394a;

7.1.8.6. Uma interface Bluetooth v. 2.1;

7.1.8.7. Uma porta para conexão com base de acoplamento (docking station).

7.1.8.8. Possuir no mínimo 3 interfaces USB 2.0 livres

7.1.9. Tela

7.1.9.1. Tela de matriz ativa TFT, com área de 14,1 polegadas (admitida variação máxima de + ou – 5%);

7.1.9.2. Padrão “Plug & Play”;

7.1.9.3. Resolução nativa WXGA ou WXGA+, com 16 milhões de cores;

7.1.9.4. Controle de brilho;

7.1.9.5. Compatível com Energy Star;

7.1.9.6. Capacidade de visualização simultânea das imagens na tela e em um monitor externo;

7.1.9.7. Tratamento anti-reflexivo;

7.1.10. Teclado

7.1.10.1. Teclado com 95% de correspondência com o padrão ABNT-2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT-2;

7.1.10.2. Presença de no mínimo doze teclas de funções (F1-F12) situadas na porção superior do teclado;

7.1.10.3. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;

7.1.10.4. Dispositivo apontador touch pad.

7.1.11. Mouse Óptico Externo

7.1.11.1. Dois botões e “scroll wheel”, ambiestro (simétrico);

7.1.11.2. Tecnologia óptica com resolução de 400 dpi;

7.1.11.3. Conexão USB, sem uso de adaptadores. O mouse pode ser sem fio ou com fio desde que possua cabo retrátil;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

7.1.11.4. Ser da mesma cor predominante do gabinete do equipamento;

7.1.12. Gabinete

7.1.12.1. Peso máximo de 2,5 Kg, com bateria, HD e gravador de DVD instalados;

7.1.12.2. Sistema de ventilação, monitorado pela BIOS, com utilização de pelo menos um ventilador dedicado para o gabinete, dimensionado para a perfeita refrigeração dos componentes internos, operando em sua capacidade máxima, pelo período mínimo de 10 horas diárias consecutivas em ambiente não refrigerado

7.1.12.3. Cor preta, cinza ou prata ou combinação dessas;

7.1.12.4. Leitor de smartcard padrão PC/SC, com suporte a cartões ISO7816 Classe A, B e C (5V, 3V) e PC/SC workgroup com protocolos T=0 e T=1. Será aceito leitor de Smartcard integrado ao Slot PC-CARD, ou com possibilidade de conexão extensa através de porta padrão USB;

7.1.12.5. Botão de liga/desliga e luzes de indicação de atividade da unidade de disco rígido e de computador ligado (Power-on) na parte frontal do gabinete;

7.1.12.6. Microfone integrado;

7.1.12.7. Som estéreo com dois alto falantes integrados, com potência total de 1 watt e controle de som (aumentar, diminuir e mudo) integrado no gabinete;

7.1.12.8. Webcam integrada de 1.3 mp ou superior

7.1.12.9. Antena wi-fi de dupla-banda (Dual-Band) integrada;

7.1.12.10. Entrada universal para trava de segurança

7.1.12.11. Entrada, integrada no Chassi, para cabo de segurança;

7.1.13. Alimentação Elétrica e Bateria

7.1.13.1. Adaptador de corrente/tensão com tensão de entrada 110/220 VAC com seleção automática de entrada e tensão de saída compatível com o notebook;

7.1.13.2. Bateria de Li-Ion, de seis células, com autonomia mínima de 3,5 horas, em uso normal, considerando o acesso aos dispositivos de armazenamento.

7.1.14. Mochila para transporte

7.1.14.1. Mochila para notebooks, em couro, poliéster ou nylon, na cor preta, com bolso interno para documentos e objetos e bolso externo para acomodar carregador e mouse. Deve possuir qualidade construtiva que garanta resistência e proteção efetiva para o equipamento.

7.1.15. Sistema Operacional Pré-instalado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- 7.1.15.1. Microsoft Windows 7 Professional OEM em português;
- 7.1.15.2. Deverá ser fornecida, em arquivo eletrônico, relação constando número identificador único para cada microcomputador com respectivo número serial (licença OEM).

7.1.16. Compatibilidade

- 7.1.16.1. Deverá ser comprovada a compatibilidade com os sistemas operacionais Windows 7, mediante presença na lista Windows Catalog, mantida pela Microsoft, devidamente atualizado;
- 7.1.16.2. Deverá ser comprovada a compatibilidade com, pelo menos, uma distribuição de Linux;
- 7.1.16.3. Todos os dispositivos de hardware, além de seus drivers e outros softwares fornecidos com o equipamento deverão ser compatíveis com os seguintes sistemas operacionais: Windows 7;
- 7.1.16.4. O fabricante deverá constar na lista de membros do DMTF disponível em: <http://www.dmtf.org/about/list>

7.1.17. Outros Requisitos

- 7.1.17.1. Todos os componentes ofertados devem manter o mesmo padrão de cor;
- 7.1.17.2. Deverão ser entregues todos os cabos, drivers e manuais necessários à sua instalação bem como a de seus componentes;
- 7.1.17.3. O equipamento proposto deverá estar em linha de produção, ou seja, sendo produzido pelo fabricante.
- 7.1.17.4. Microsoft Office Standard versão 2007 ou superior;
- 7.1.17.5. O fornecedor deverá garantir ao DPF a possibilidade de gravação de imagem do sistema operacional com personalização necessária à utilização da instituição antes da entrega.

7.2. Garantia:

- 7.2.1. Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

8. ITEM 08 – ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO I

8.1. Especificações Mínimas:

ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO I			
Característica	Subcaracterística		Exigência
Processador	1.1	Arquitetura	Microcomputador arquitetura EM64T(Intel) ou x86-64(AMD), compatíveis com sistemas x86 de 32bits e, no mínimo, com instruções MMX, SSE, SSE2 e SSE3, processador com clock interno real mínimo de 2,0 GHz, sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador e placa-mãe. O conjunto deverá operar em sua capacidade máxima, pelo período mínimo de 10 (dez) horas diárias consecutivas, em ambiente não
			Mínimo obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

			refrigerado.	
	1.2	Tecnologia	Dois núcleos por processador, de uma das seguintes famílias: a) Intel Dual Core ou Core 2 Duo; b) AMD Athlon 64, Athlon X2 ou Phenom	Obrigatório
	1.3	Barramento	Front Side Bus (FSB) de 1066 MHz ou Hyper Transport de 2000 Mhz	Mínimo obrigatório
	1.4	Consumo Máximo de Energia	95 W (Thermal Design Power)	Obrigatório
	1.5	Controlador de memória	Capacidade de acesso em dois canais (dual channel)	Mínimo obrigatório
Desempenho	2.1	Índice	SYSmark® 2007 Preview (Overall) Rating - O índice atingido pelo equipamento ofertado deverá ser comprovados através de documentos fornecidos juntamente com a proposta comercial. Os teste deverão ter sido realizados pelo fabricante e fornecidos juntamente com uma declaração onde conste que os teste foram realizados pelo fabricante e estão em acordo com o procedimento descrito no documento "PROCEDIMENTOS DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO". A falta destes documentos levará a desclassificação da proposta	Obrigatório
	2.2	Nº de iterações	3 em uma única execução	Obrigatório
	2.3	Pontuação	190	Mínimo obrigatório
Memória RAM	3.1	Padrão	SDRAM DDR2 800 MHz	Mínimo obrigatório
	3.2	Capacidade instalada	4 GB Dual Channel (2 x 2 GB)	Mínimo obrigatório
	3.3	Capacidade suportada	8 GB	Mínimo obrigatório
	3.4	Slots livres após configuração ofertada	02 Slots	Mínimo obrigatório
Placa-mãe	4.1	Fabricante	Do mesmo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de O&M ou customizações. Deve ter sido desenvolvida e projetada pela área de projeto do próprio fabricante por especificações plenas do seu setor de desenvolvimento. Não serão aceitas placas fabricadas por terceiros em regime de OEM e que possuam apenas a logomarca do fabricante da CPU, bem como placas produzidas para uso no mercado comum e de baixa qualidade e	Obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

			desempenho	
	4.2	Encaixe Processador	Socket LGA-775, LGA-1366 ou AM2	Mínimo Obrigatório
	4.3	Sensores	Placa-mãe dotada de detector de superaquecimento do processador e velocidades de FAN Cooler	Mínimo obrigatório
	4.4	Interface de HD	02 interfaces padrão SATA-II, compatível com o padrão SATA-I, conforme especificação da SATA-IO (SATA International Organization)	Mínimo obrigatório
	4.5	Slots de Expansão	01 Slot PCI 2.0 (livre após a configuração completa do equipamento) + 01 Slot PCI-E 16x	Mínimo obrigatório
	4.6	Padrões suportados	ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) versão 1.0b ou superior, NCQ (Native Command Queuing) e PCI 2.2 no barramento	Mínimo obrigatório
	4.7	FSB	Suporte a processadores com FSB de 1.333/1.066/ 800 MHz ou Hyper transport de 2000Mhz	Mínimo obrigatório
	4.8	Dispositivo de Segurança	Chip de segurança TPM integrado compatível com a especificação TPM 1.2, que possibilite a criptografia dos dados do disco rígido, quando o recurso for habilitado na BIOS e com o uso do software específico, fornecido pelo fabricante, para a aplicação	Mínimo obrigatório
	4.9	Recursos	<p>A placa-mãe deve possuir um chipset que, em conjunto com o processador e demais componentes, implemente as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. possuir memória não volátil para armazenamento de Informações de inventário de hardware e software, e que seja acessível via rede independente do estado do sistema operacional; b. permitir o gerenciamento remoto, como o acesso a BIOS, visualização remota do POST da máquina, iniciar o equipamento a partir de CD-ROM e disquete na console do administrador bem como uma imagem de sistema operacional localizado em um compartilhamento na rede; c. implantar mecanismos por hardware para controle de proliferação de vírus pela rede, através de filtros baseados em endereços e portas; d. implantar mecanismos de autenticação e autorização para as operações de hardware, baseados em digest authentication ou kerberos integrado ao Active Directory; e. possuir interface para gerenciamento baseado no padrão SOAP (WS-MAN). 	Mínimo obrigatório
BIOS	5.1	Padrão	<p>EPROM regravável por software (flash EPROM).</p> <p>Deve possuir o nome do fabricante gravado e exibi-lo quando da inicialização do microcomputador. Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou customizada para seu uso exclusivo. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante.</p>	Obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

	5.2	Idioma	Deve possuir o nome do fabricante gravado e exibi-lo quando da inicialização do microcomputador. Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou customizada para seu uso exclusivo. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante.	Mínimo obrigatório
	5.3	Atualização	Obrigatória durante o período de garantia	Obrigatório
	5.4	Identificação	Fabricante e Número de Série do Equipamento deve ser gravado na BIOS, de forma não editável, para fins de controle de patrimônio e rastreabilidade, podendo ser lido a partir do acionamento de uma tecla de função e software de gerenciamento do fabricante	Obrigatório
	5.5	Registro Patrimonial	Se fornecido pelo DPF, deverá ser gravado em BIOS. Caso contrário, a BIOS deverá ter campo alfanumérico editável de, no mínimo, 10 posições	Obrigatório
Vídeo	6.1	Padrão	VGA, SVGA, XGA, WXGA, WXGA+, WSXGA+, WUXGA	Mínimo obrigatório
	6.2	Tipo	Integrada ou não à placa mãe	Obrigatório
	6.3	Barramento	PCI-E 16x (se não for integrado à placa mãe)	Obrigatório
	6.4	Memória	256 Mb (compartilhada ou não com a memória RAM)	Mínimo obrigatório
	6.5	Resolução suportada	1.920 x 1.200 a 60 Hz	Mínimo obrigatório
	6.6	Cores suportadas	4 Bilhões (32 bits)	Mínimo obrigatório
	6.7	Conectores de Saída	01 RGB (VGA)	Mínimo obrigatório
Audio	7.1	Padrão	Áudio integrado padrão AC'97, com pelo menos 1 alto-falante interno mono	Mínimo obrigatório
	7.2	Conectores de Saída	02 P2 para saída de áudio (line out), sendo um frontal e um na parte traseira	Mínimo obrigatório
	7.3	Conectores de Entrada	03 P2, sendo 1 frontal para microfone e dois na parte traseira - microfone e line in	Mínimo obrigatório
Interfaces	8.1	Rede	Adaptador de rede padrão PCI, plug & play, admitidos adaptadores on-board, Fast-Ethernet 10/100/1000, de acordo com as normas ISO 8802-2 (IEEE 802.2) e ISO 8802-3 (IEEE 802-3), padrão CSMA/CD, auto-sense, full-duplex, compatível com os protocolos NETBIOS e TCP/IP, com conexão RJ-45, com LED indicativo do status da conexão, com WAKE-UP ON LAN (habilitada), suporte a ASF 2.0, compatível com Windows XP / Vista e Linux. A interface deve possuir software para diagnóstico de funcionamento de seus componentes e suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.	Mínimo obrigatório
	8.2	Serial - Nº Portas	01 DB-9	Mínimo obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

	8.3	Paralela - Padrão	Bi-direcional, com suporte a ECP, conforme especificações IEEE 1284, e EPP - Opcionalmente poderá ser fornecido um adaptador USB para atendimento a essa demanda.	Mínimo obrigatório
	8.4	Paralela - Nº Portas	01 DB-25	Mínimo obrigatório
	8.5	USB - Padrão	USB 2.0	Mínimo obrigatório
	8.6	USB - Nº de Portas	08 Portas externas (mínimo 02 Frontais)	Mínimo obrigatório
	8.7	Sata	01 e-SATA	Mínimo obrigatório
Disco Rígido	9.1	Padrão	SATA-II	Mínimo obrigatório
	9.2	Capacidade	160 GB	Mínimo obrigatório
	9.3	Velocidade de rotação	7200 rpm	Mínimo obrigatório
	9.4	Padrões suportados	NCQ (Native Command Queuing)	Mínimo obrigatório
Drive Óptico	10.1	Tipo	DVD-RW	Mínimo obrigatório
	10.2	Padrão	DVD-RW: 6x	Mínimo obrigatório
	10.3	Formatos Compatíveis	DVD: DVD+R, DVD+RW, DVD-ROM, DVD-RAM, DVD-Video, DVD-R, DVD-RW; CD: CD-DA(Audio), CD-ROM, CD-ROM XA, CD-Plus, CD-Extra, Photo-CD(Single, Multi - session), Video-CD ready, CD-TEXT Enhanced CD, CD-I/FMV, CD-R, CD-RW	Mínimo obrigatório
Gabinete	11.1	Tipo	Média Torre ou Desktop reversível ou Small Form Factor reversível	Obrigatório
	11.2	Cor	Pintura epoxi nas cores predominantes preto ou grafite	Obrigatório
	11.3	Manutenção	Não deve requerer ferramentas para abertura do gabinete ou troca de componentes como HD, Drive Óptico, Placas PCI e Memórias	Obrigatório
	11.4	Segurança	Deverá possuir local apropriado também já desenvolvido no projeto do produto para colocação de lacres ou cadeados mecânicos ou eletrônicos pelo setor responsável. Deverá ser entregue tranca de cadeado ou segredo com chaves para cada computador O gabinete deverá possuir sensor de abertura do chassi, com registro do evento pelo software de gerenciamento, mesmo com o equipamento desligado, e armazenar o evento em memória não volátil, além de alertar o administrador da rede através de protocolo de comunicação	Mínimo obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

	11.5	Baias de 3,5"	02, sendo 01 externa frontal e 01 interna	Mínimo obrigatório
	11.6	Baias de 5,25"	01 externa frontal	Mínimo obrigatório
	11.7	Interfaces	Na parte frontal do gabinete: Leds indicativos de "equipamento ligado" e "atividade do disco rígido" + 02 Portas USB 2.0 + Conectores P2 para entrada e saída de áudio	Mínimo obrigatório
	11.8	Dimensões (AxLxP)	Máximas de 42x19x44cm (montagem vertical - torre) ou 19x42x44cm (montagem horizontal com tolerância de 5%)	Obrigatório
Fonte	12.1	Potência	Potência Máxima de 320W	Obrigatório
	12.2	Tecnologia	PFC (Power Factor Correction), com eficiência mínima de 80% PLUS compatível com "Energy Star 4.0"	Mínimo obrigatório
	12.3	Sinalização	TTL (Transistor-Transistor Logic) - Power Supply On (PS_ON) e 5VSB ou Standby	Mínimo obrigatório
	12.4	Tensão de entrada	AC 110/220V a 50-60 Hz automático	Obrigatório
	12.5	Recursos	Soft On/Off e Wake-on-LAN	Mínimo obrigatório
	12.6	Capacidade	Suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa-mãe, interfaces, disco rígido, driver óptico, memória RAM, demais periféricos, assim como todos os FAN's)	Mínimo obrigatório
	12.7	Tomada	2P+T com adaptador para ABNT 14136, ou ABNT 14136 com adaptador para 2P + T	Obrigatório
	12.8	Acessórios	Cabo Y com um metro	Mínimo obrigatório
Teclado	13.1	Tipo	Alfanumérico padrão ABNT2, norma PB-1322, do mesmo fabricante do computador, não sendo aceitos teclados em regime de OEM	Obrigatório
	13.2	Interface	PS/2 ou USB	Obrigatório
Mouse	14.1	Tipo	Óptico, com 2 botões e 1 botão de rolagem, do mesmo fabricante do computador, não sendo aceito mouses em regime de OEM.	Mínimo obrigatório
	14.2	Resolução	800 DPI	Mínimo obrigatório
	14.3	Interface	PS/2 ou USB	Obrigatório
Monitor	15.1	Tipo	LCD Policromático	Obrigatório
	15.2	Tecnologia	TFT (matriz ativa)	Obrigatório
	15.3	Tamanho	19 polegadas de diagonal de face	Mínimo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

		nominal		obrigatório
	15.4	Resolução suportada	1440 x 900 pixels a 60 Hz	Mínimo obrigatório
	15.5	Dot Pitch	0,285 mm	Máximo
	15.6	Cores suportadas	16 Milhões	Mínimo obrigatório
	15.7	Conectores de Saída	01 VGA, acompanhado do respectivo cabo de conexão	Mínimo obrigatório
	15.8	Tempo máximo de resposta	5 ms	Obrigatório
	15.9	Taxa de contraste estático	1000:1	Mínimo obrigatório
	15.10	Brilho	250 cd/m2	Mínimo obrigatório
	15.11	Cor	Predominante Preto ou Grafite	Obrigatório
	15.12	Ângulo de Visão	130 ° Vertical /140 ° Horizontal	Mínimo obrigatório
	15.13	Ajuste OSD	Autoajuste, Intensidade de Cor, Brilho, Contraste, Tamanho de Tela Horizontal e Vertical.	Mínimo obrigatório
	15.14	Fonte de Alimentação	Integrada ao monitor (AC 100-240V a 50-60Hz) e cabo de força com tomada 2P+T com adaptador para ABNT 14136, ou ABNT 14136 com adaptador para 2P + T	Obrigatório
	15.15	Certificação	Apresentar certificado TCO 03 ou superior	Obrigatório
	15.16	Ajuste de Altura	5 cm	Mínimo obrigatório
Certificações	16.1	ISO 9001	Apresentar certificado relativo às instalações do fabricante do equipamento ofertado	Obrigatório
	16.2	ISO 14001	Apresentar certificado relativo às instalações do fabricante do equipamento ofertado	Obrigatório
	16.3	NBR/IEC60950 ou similar	Apresentar certificado relativo ao equipamento ofertado (marca/modelo) emitido pelo INMETRO ou organismo Internacional	Obrigatório
	16.4	HCL Microsoft	Apresentar certificado relativo ao equipamento ofertado (marca/modelo) que comprovem a compatibilidade produto com o sistema operacional: Microsoft: "Windows Catalog", (WCL) constando como designado para Windows Vista X86 e X64	Obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

	16.5	Compatibilidade linux	Apresentar certificado ou declaração do fabricante relativo ao equipamento ofertado que comprove a plena compatibilidade com Suse linux Enterprise Desktop 10 for x86	Obrigatório
	16.6	DMTF (Desktop Management Task Force)	Apresentar documentação junto com a proposta que comprove participação no consórcio	Obrigatório
Software	17.1	Sistema Operacional	Microsoft Windows Vista Business ou Windows 7 equivalente, versão OEM, no idioma português do Brasil, pré-instalado com garantia de opção de downgrade para Windows XP Professional, com mídias e licença de uso.	Mínimo obrigatório
	17.2	Mídia de recuperação	Fornecimento de mídias de recuperação integral dos softwares pré-instalados, tais como sistema operacional, drivers de dispositivos e aplicativos, conforme Imagem montada pela Contratante utilizando-se de amostra de equipamento devidamente fornecido para tal, acompanhada das respectivas licenças de uso dos softwares não adquiridos juntamente com o equipamento, quando for necessário.	Mínimo obrigatório
	17.3	Drivers	Disponibilidade dos drivers utilizados na configuração da máquina para download no site do fabricante, com acesso irrestrito.	Obrigatório
	17.4	Software de Gerenciamento	Deverá, preferencialmente, ser do próprio fabricante do microcomputador, com capacidade de alertas de sistema remoto, alerta para potenciais falhas nos módulos de memória, alerta de abertura de gabinete, alerta de alteração de configuração da DMI, alerta para potenciais falhas do disco rígido smart II e com alianças às plataformas de gerenciamento tais como IBM Tivoli, HP openview, Computer Associate TNG, Microsoft SMS, Dell Open manager, Landesk e Symantec Altiris.	Obrigatório
	17.5	Software de Backup	Deverá disponibilizar uma solução de backup local que permita o armazenamento e restauração de configurações do sistema, aplicativos e dados do usuário. O armazenamento (criptografado) deve ser feito em pasta de partição do disco rígido inacessível para o usuário, sistema operacional, aplicativos e vírus. Deverá estar disponível via "download" em site do fabricante e instalado por customização do usuário na fábrica.	Obrigatório
	17.6	Outros	Microsoft Office Standard 2007 ou superior	Mínimo obrigatório
Garantia	18.1	Tipo	Integral de fábrica	Obrigatório
	18.2	Período	36 (trinta e seis meses) a partir do recebimento definitivo do equipamento	Mínimo obrigatório
	18.3	Prazo de solução	Até às 18h00min do dia útil seguinte à do registro do chamado na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor, para equipamentos instalados nas capitais e cidades com mais de 200.000 habitantes, e cinco dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao do registro do chamado na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor, para as demais localidades. Abertura do chamado através do 0800 do fabricante, que deve informá-lo em	Obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

			sua proposta	
	18.4	Localidade	On-Site (no local de instalação do equipamento)	Obrigatório
	18.5	Restrições	Não é permitido o recolhimento do disco rígido.	Obrigatório
	18.6	Demais condições	Conforme Edital ou instrumento equivalente	Obrigatório
	18.7	Documentação	Deverá ser entregue juntamente com os equipamentos, em idioma português ou inglês, um documento com orientações sobre a configuração e utilização dos mesmos, constando todas as ressalvas que influenciem em sua garantia e uma declaração formal do fabricante de que o mesmo é solidário com a garantia ofertada pela licitante e que a mesma está credenciada a comercializar equipamentos de sua fabricação.	Obrigatório
Entrega	19.1	Prazo Máximo	45 dias após assinatura do contrato	Obrigatório
	19.2	Local	Todo território nacional, de acordo com os endereços fornecidos pelo contratante em edital.	Mínimo obrigatório
	19.3	Embalagem	Deve ser do próprio fabricante, lacrada, com informações do número do tipo de equipamento, número do lote, número de série e número e data da nota fiscal e número de patrimônio (se pré-gravado na BIOS) impressas de forma destacada na parte externa	Obrigatório
Outros	20.1	Webcam	Webcam com resolução mínima de 1.3 mp	Mínimo obrigatório
	20.2	Leitor de SmartCard	Suporte a USB 2.0, compatível com USB 1.1, Velocidade de transmissão de até 12Mbps, Fonte de alimentação via barramento USB Plenamente Compatível com ISO 7816-3, Plenamente Compatível com o padrão PC/SC, Plenamente Compatível com os padrões da ICP-Brasil, Suporta os protocolos T=0 e T=1, Interface T=0 com velocidade mínima de 9.600bps, Interface T=1 com velocidade mínima de 9.600bps, Suporta cartões tamanho ID-1 (tamanho pleno), Interface para smartcards de até 420 Kbps, quando suportado pelo cartão, Frequência de clock do smart card de até 8Mhz, Suporta smart cards de 5V, 3V e 1.8V ISO 7816, Classes A, AB e C, Corrente de 60mA para alimentar o smart card, Detecção do movimento do smart card com auto-desligamento, Detecção automática do tipo de smart card, Drivers para, Windows XP, Windows Vista, Windows 7, Windows 64bits, Linux e Mac OS X.	Obrigatório
Condições Específicas	21.1	Refrigeração	Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador e placa-mãe, cujo conjunto deverá operar em sua capacidade máxima, em ambiente não refrigerado, por 10 (dez) horas diárias consecutivas	Mínimo obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

	21.2	Nível de Ruído	Nenhum FAN (cooler ou componente de ventilação forçada do equipamento) deve ter nível de ruído superior a 43dB(A), declarado de acordo com a norma ISO 9296 ou NBR 10152.	Obrigatório
	21.3	Condição de novo	O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, não podendo estar fora de linha de produção do fabricante na data da realização da licitação, bem como na data de assinatura do contrato junto à entidade contratante, especialmente quanto a: - Chipsets pontes norte/sul, se existentes; - Disco rígido; - Memória RAM; - Placa de vídeo ou chipset integrado; - Processador; - Monitor de vídeo	Obrigatório
	21.4	Manuais	Conjunto completo de manuais para instalação, configuração e manutenção básica do equipamento, da placa-mãe, da placa controladora de vídeo, do monitor (quando for adquirido), da placa controladora de discos, do disco rígido, da placa de rede e de quaisquer outros dispositivos a serem oferecidos junto com o equipamento	Mínimo obrigatório
	21.5	Documentação	As certificações e documentações técnicas, folhetos catálogos, etc., deverão ser fornecidas juntamente com a proposta comercial. A falta de qualquer documento que não comprove todas as exigências deste item do termo de referência, implicará a imediata desclassificação da proposta	Mínimo obrigatório

8.2. Garantia:

8.2.1. Garantia “on site” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

9. ITEM 09 – ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO II

9.1. Especificações Mínimas:

ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO II				
Característica	Subcaracterística		Especificação	Exigência
Processador	1.1	Arquitetura	Microcomputador arquitetura EM64T(Intel) ou x86-64(AMD), compatíveis com sistemas x86 de 32bits, e, no mínimo, com instruções MMX, SSE, SSE2 e SSE3, processador com clock interno real mínimo de 2,0 GHz, sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador e placa-mãe. O conjunto deverá operar em sua capacidade máxima, pelo período mínimo de 10 (dez) horas diárias consecutivas, em ambiente não refrigerado.	Mínimo obrigatório
	1.2	Tecnologia	Intel Core 2 Duo ou Core 2 Quad ou AMD Phenom	Obrigatório
	1.3	Barramento	Front Side Bus (FSB) de 1333 MHz ou Hyper Transport de 3200 Mhz	Mínimo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

				obrigatório
	1.4	Consumo Máximo de Energia	95 W (Thermal Design Power)	Obrigatório
	1.5	Controlador de memória	Capacidade de acesso em dois canais (dual channel)	Mínimo obrigatório
Desempenho	2.1	Índice	SYSmark® 2007 Preview (Overall) Rating - O índice atingido pelo equipamento ofertado deverá ser comprovados através de documentos fornecidos juntamente com a proposta comercial. Os teste deverão ter sido realizados pelo fabricante e fornecidos juntamente com uma declaração onde conste que os teste foram realizados pelo fabricante e estão em acordo com o procedimento descrito no documento "PROCEDIMENTOS DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO". A falta destes documentos levará a desclassificação da proposta	Obrigatório
	2.2	Nº de iterações	3 em uma única execução	Obrigatório
	2.3	Pontuação	190	Mínimo obrigatório
Memória RAM	3.1	Padrão	SDRAM DDR-2 800 Mhz	Mínimo obrigatório
	3.2	Capacidade instalada	4 GB Dual Channel (2 x 2 GB)	Mínimo obrigatório
	3.3	Capacidade suportada	8 GB	Mínimo obrigatório
	3.4	Slots livres após configuração ofertada	02 Slots	Mínimo obrigatório
Placa-mãe	4.1	Fabricante	Do mesmo fabricante do equipamento, não sendo aceitas soluções em regime de O&M ou customizações. Deve ter sido desenvolvida e projetada pela área de projeto do próprio fabricante por especificações plenas do seu setor de desenvolvimento. Não serão aceitas placas fabricadas por terceiros em regime de OEM e que possuam apenas a logomarca do fabricante da CPU, bem como placas produzidas para uso no mercado comum e de baixa qualidade e desempenho	Obrigatório
	4.2	Encaixe Processador	Socket LGA-775, LGA-1366 ou AM2	Mínimo Obrigatório
	4.3	Sensores	Placa-mãe dotada de detector de superaquecimento do processador e velocidades de FAN Cooler	Mínimo obrigatório
	4.4	Interface de HD	02 interfaces padrão SATA-II, compatível com o padrão SATA-I, conforme especificação da SATA-IO (SATA International Organization)	Mínimo obrigatório
	4.5	Slots de Expansão	01 Slot PCI 2.0 (livre após a configuração completa do equipamento) + 01 Slot PCI-E 16x	Mínimo obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

	4.6	Padrões suportados	ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) versão 1.0b ou superior, NCQ (Native Command Queuing) e PCI 2.2 no barramento	Mínimo obrigatório
	4.7	FSB	Suporte a processadores com FSB de 1.333/1.066/ 800 MHz ou Hyper transport de 3200 Mhz	Mínimo obrigatório
	4.8	Dispositivo de Segurança	Chip de segurança TPM integrado compatível com a especificação TPM 1.2, que possibilite a criptografia dos dados do disco rígido, quando o recurso for habilitado na BIOS e com o uso do software específico, fornecido pelo fabricante, para a aplicação	Obrigatório
	4.9	Recursos	A placa-mãe deve possuir um chipset que, em conjunto com o processador e demais componentes, implemente as seguintes características: a. possuir memória não volátil para armazenamento de Informações de inventário de hardware e software, e que seja acessível via rede independente do estado do sistema operacional; b. permitir o gerenciamento remoto, como o acesso a BIOS, visualização remota do POST da máquina, iniciar o equipamento a partir de CD-ROM e disquete na console do administrador bem como uma imagem de sistema operacional localizado em um compartilhamento na rede; c. implantar mecanismos por hardware para controle de proliferação de vírus pela rede, através de filtros baseados em endereços e portas; d. implantar mecanismos de autenticação e autorização para as operações de hardware, baseados em digest authentication ou kerberos integrado ao Active Directory; e. possuir interface para gerenciamento baseado no padrão SOAP (WS-MAN).	Mínimo obrigatório
BIOS	5.1	Padrão	EPROM regravável por software (flash EPROM). Deve possuir o nome do fabricante gravado e exibi-lo quando da inicialização do microcomputador. Deve ser do mesmo fabricante do equipamento ou customizada para seu uso exclusivo. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante.	Obrigatório
	5.2	Idioma	inglês ou português	Mínimo obrigatório
	5.3	Atualização	Obrigatória durante o período de garantia	Obrigatório
	5.4	Identificação	Fabricante e Número de Série do Equipamento deve ser gravado na BIOS, de forma não editável, para fins de controle de patrimônio e rastreabilidade, podendo ser lido a partir do acionamento de uma tecla de função e software de gerenciamento do fabricante	Obrigatório
	5.5	Registro Patrimonial	Se fornecido pelo DPF, deverá ser gravado em BIOS. Caso contrário, a BIOS deverá ter campo alfanumérico editável de, no mínimo, 10 posições	Obrigatório
Vídeo	6.1	Padrão	VGA, SVGA, XGA, WXGA, WXGA+, WSXGA+, UXGA, WUGXA e XQXGA	Obrigatório
	6.2	Tipo	Não integrado à placa-mãe	Mínimo obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

	6.3	Barramento	PCI-E 16x	Obrigatório
	6.4	Memória	512MB DDR2 em turbo cache (256MB dedicado e 256MB compartilhado com a memória principal)	Mínimo obrigatório
	6.5	Resolução suportada	2560 x 1600 3D a 60Hz	Mínimo obrigatório
	6.6	Aceleração	MPEG-2, MPEG-4, DivX, WMv9 e H.264	Mínimo obrigatório
	6.7	Padrões suportados	Microsoft DirectX 9 e OpenGL 2.0	Mínimo obrigatório
	6.8	Cores suportadas	4 Bilhões (32 bits)	Mínimo obrigatório
	6.9	Conectores de Saída	1 VGA + 1 DVI + 1 S-Vídeo ou 2 DVI + 1 S-Vídeo	Mínimo obrigatório
	6.10	Acesso à memória	64 bits	Mínimo obrigatório
	6.11	Taxa de transferência de memória	6,4 GB/s	Mínimo obrigatório
Audio	7.1	Padrão	"Audio ADI High Definition", com pelo menos 1 alto-falante interno mono	Mínimo obrigatório
	7.2	Conectores de Saída	02 P2 para saída de áudio (line out), sendo um frontal e um na parte traseira	Mínimo obrigatório
	7.3	Conectores de Entrada	03 P2, sendo 1 frontal para microfone e dois na parte traseira - microfone e line in	Mínimo obrigatório
Interfaces	8.1	Rede	Adaptador de rede padrão PCI, plug & play, admitidos adaptadores on-board, Fast-Ethernet 10/100/1000, de acordo com as normas ISO 8802-2 (IEEE 802.2) e ISO 8802-3 (IEEE 802-3), padrão CSMA/CD, auto-sense, full-duplex, compatível com os protocolos NETBIOS e TCP/IP, com conexão RJ-45, com LED indicativo do status da conexão, com WAKE-UP ON LAN (habilitada), suporte a ASF 2.0, compatível com Windows XP / Vista e Linux. A interface deve possuir software para diagnóstico de funcionamento de seus componentes e suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.	Mínimo obrigatório
	8.2	Serial - Nº Portas	01 DB-9	Mínimo obrigatório
	8.3	Paralela - Padrão	Bi-direcional, com suporte a ECP, conforme especificações IEEE 1284, e EPP - Opcionalmente poderá ser fornecido um adaptador USB para atendimento a essa demanda.	Mínimo obrigatório
	8.4	Paralela - Nº Portas	01 DB-25	Mínimo obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

	8.5	USB - Padrão	USB 2.0	Mínimo obrigatório
	8.6	USB - Nº de Portas	08 Portas externas (mínimo 02 Frontais)	Mínimo obrigatório
	8.7	SATA externa	01 e-SATA	Mínimo obrigatório
Disco Rígido	9.1	Padrão	SATA-II	Obrigatório
	9.2	Capacidade	250 GB	Mínimo obrigatório
	9.3	Velocidade de rotação	7200 rpm	Mínimo obrigatório
	9.4	Padrões suportados	NCQ (Native Command Queuing)	Mínimo obrigatório
Drive Óptico	10.1	Tipo	DVD-RW	Mínimo obrigatório
	10.2	Padrão	DVD-RW: 6x	Mínimo obrigatório
	10.3	Formatos Compatíveis	DVD: DVD+R, DVD+RW, DVD-ROM, DVD-RAM, DVD-Video, DVD-R, DVD-RW; CD: CD-DA(Audio), CD-ROM, CD-ROM XA, CD-Plus, CD-Extra, Photo-CD(Single, Multi - session), Video-CD ready, CD-TEXT Enhanced CD, CD-I/FMV, CD-R, CD-RW	Mínimo obrigatório
Gabinete	11.1	Tipo	Média Torre ou Desktop reversível	Obrigatório
	11.2	Cor	Pintura epoxi nas cores predominantes preto ou grafite	Obrigatório
	11.3	Manutenção	Não deve requerer ferramentas para abertura do gabinete ou troca de componentes como HD, Drive Óptico, Placas PCI e Memórias	Obrigatório
	11.4	Segurança	Deverá possuir local apropriado também já desenvolvido no projeto do produto para colocação de lacres ou cadeados mecânicos ou eletrônicos pelo setor responsável. Deverá ser entregue tranca de cadeado ou segredo com chaves para cada computador O gabinete deverá possuir sensor de abertura do chassi, com registro do evento pelo software de gerenciamento, mesmo com o equipamento desligado, e armazenar o evento em memória não volátil, além de alertar o administrador da rede através de protocolo de comunicação	Mínimo obrigatório
	11.5	Baias de 3,5"	03, sendo 01 externa frontal e 02 internas	Mínimo obrigatório
	11.6	Baias de 5,25"	02 externas frontais	Mínimo obrigatório
	11.7	Interfaces	Na parte frontal do gabinete: Leds indicativos de "equipamento ligado" e "atividade do disco rígido" + 02 Portas USB 2.0 + Conectores P2 para entrada e saída de áudio	Mínimo obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

	11.8	Dimensões (AxLxP)	Máximas de 42x19x44cm (montagem vertical - torre) ou 19x42x44cm (montagem horizontal com tolerância de 5%	Mínimo obrigatório
Fonte	12.1	Potência real	Máxima de 320W	Obrigatório
	12.2	Tecnologia	PFC (Power Factor Correction), com eficiência mínima de 80% PLUS compatível com "Energy Star 4.0"	Mínimo obrigatório
	12.3	Sinalização	TTL (Transistor-Transistor Logic) - Power Supply On (PS_ON) e 5VSB ou Standby	Mínimo obrigatório
	12.4	Tensão de entrada	AC 110/220V a 50-60 Hz automático	Obrigatório
	12.5	Recursos	Soft On/Off e Wake-on-LAN	Mínimo obrigatório
	12.6	Capacidade	Suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa-mãe, interfaces, disco rígido, driver óptico, memória RAM, demais periféricos, assim como todos os FAN's)	Mínimo obrigatório
	12.7	Tomada	2P+T com adaptador para ABNT 14136, ou ABNT 14136 com adaptador para 2P + T	Mínimo obrigatório
	12.8	Acessórios	Cabo Y com um metro	Mínimo obrigatório
Teclado	13.1	Tipo	Alfanumérico padrão ABNT2, norma PB-1322, do mesmo fabricante do computador, não sendo aceitos teclados em regime de OEM	Obrigatório
	13.2	Interface	PS/2 ou USB	Mínimo obrigatório
Mouse	14.1	Tipo	Óptico, com 2 botões e 1 botão de rolagem, do mesmo fabricante do computador, não sendo aceito mouses em regime de OEM.	Mínimo obrigatório
	14.2	Resolução	800 DPI	Obrigatório
	14.3	Interface	PS/2 ou USB	Mínimo obrigatório
Monitor	15.1	Tipo	LCD Policromático	Obrigatório
	15.2	Tecnologia	TFT (matriz ativa)	Obrigatório
	15.3	Tamanho nominal	22 polegadas de diagonal de face	Mínimo obrigatório
	15.4	Resolução suportada	1680 x 1050 pixels a 60 Hz	Mínimo obrigatório
	15.5	Dot Pitch	0,282 mm	Mínimo obrigatório
	15.6	Cores	16 Milhões	Mínimo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

		suportadas		obrigatório
	15.7	Conectores de Saída	01 VGA + 01 DVI-D	Obrigatório
	15.8	Tempo máximo de resposta	5 ms	Mínimo obrigatório
	15.9	Relação de Contraste	1000:1	Mínimo obrigatório
	15.10	Brilho	250 cd/m2	Obrigatório
	15.11	Cor	Predominante Preto ou Grafite	Obrigatório
	15.12	Ajustes de ângulos de visão	70 graus horizontal e 65 graus vertical	Mínimo obrigatório
	15.13	Ajuste OSD	Idioma, Autoajuste, Intensidade de Cor, Brilho, Contraste, Tamanho de Tela Horizontal e Vertical.	Mínimo obrigatório
	15.14	Fonte de Alimentação	Integrada ao monitor (AC 100-240V a 50-60Hz) e cabo de força com tomada 2P+T com adaptador para ABNT 14136, ou ABNT 14136 com adaptador para 2P + T	Obrigatório
	15.15	Certificação	Apresentar certificado TCO 03 ou superior	Mínimo obrigatório
	15.16	Ajuste de Altura	5 cm	Mínimo obrigatório
Certificação	16.1	ISO 9001	Apresentar certificado relativo às instalações do fabricante do equipamento ofertado	Obrigatório
	16.2	ISO 14001	Apresentar certificado relativo às instalações do fabricante do equipamento ofertado	Mínimo obrigatório
	16.3	NBR/IEC609 50 ou similar	Apresentar certificado relativo ao equipamento ofertado (marca/modelo) emitido pelo INMETRO	Obrigatório
	16.4	HCL Microsoft	Apresentar certificado relativo ao equipamento ofertado (marca/modelo) que comprovem a compatibilidade produto com o sistema operacional: Microsoft: "Windows Catalog", (WCL) constando como designado para Windows Vista X86 e X64	Obrigatório
	16.5	Compatibilidade Linux	Apresentar certificado ou declaração do fabricante relativo ao equipamento ofertado que comprove a plena compatibilidade com Suse linux Enterprise Desktop 10 for x86	Obrigatório
	16.6	DMTF (Desktop Management Task Force)	Apresentar documentação junto com a proposta que comprove participação no consórcio	Obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

Software	17.1	Sistema Operacional	Microsoft Windows Vista Business ou Windows 7 equivalente, versão OEM, 32 ou 64 bits (de acordo com solicitação), no idioma português do Brasil, pré-instalado com garantia de opção de downgrade para Windows XP Professional, com mídias e licença de uso.	Mínimo obrigatório
	17.2	Mídia de recuperação	Fornecimento de mídias de recuperação integral dos softwares pré-instalados, tais como sistema operacional, drivers de dispositivos e aplicativos, conforme Imagem montada pela Contratante utilizando-se de amostra de equipamento devidamente fornecido para tal, acompanhada das respectivas licenças de uso dos softwares não adquiridos juntamente com o equipamento, quando for necessário.	Mínimo obrigatório
	17.3	Drivers	Disponibilidade dos drivers utilizados na configuração da máquina para download no site do fabricante, com acesso restrito.	Obrigatório
	17.4	Software de Gerenciamento	Deverá, preferencialmente, ser do próprio fabricante do microcomputador, com capacidade de alertas de sistema remoto, alerta para potenciais falhas nos módulos de memória, alerta de abertura de gabinete, alerta de alteração de configuração da DMI, alerta para potenciais falhas do disco rígido smart II e com alianças às plataformas de gerenciamento tais como IBM Tivoli, HP openview, Computer Associate TNG, Microsoft SMS, Dell Open manager, Landesk e Symantec Altiris.	Obrigatório
	17.5	Software de Back up	Deverá disponibilizar uma solução de backup local que permita o armazenamento e restauração de configurações do sistema, aplicativos e dados do usuário. O armazenamento (criptografado) deve ser feito em pasta de partição do disco rígido inacessível para o usuário, sistema operacional, aplicativos e vírus. Deverá estar disponível via "download" em site do fabricante e instalado por customização do usuário na fábrica.	Obrigatório
	17.6	Outros	Microsoft Office Standard 2007 ou superior	Mínimo obrigatório
Garantia	18.2	Período	36 (trinta e seis meses) a partir do recebimento definitivo do equipamento	Mínimo obrigatório
	18.3	Prazo de solução	Até às 18h00min do dia útil seguinte à do registro do chamado na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor, para equipamentos instalados nas capitais e cidades com mais de 200.000 habitantes, e cinco dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao do registro do chamado na Central de Atendimento do fabricante ou fornecedor, para as demais localidades. Abertura do chamado através do 0800 do fabricante, que deve informá-lo em sua proposta	Obrigatório
	18.4	Localidade	On-Site (no local de instalação do equipamento)	Obrigatório
	18.5	Restrições	Não é permitido o recolhimento do disco rígido.	Obrigatório
	18.6	Demais condições	Conforme Edital ou instrumento equivalente	Obrigatório
	18.7	Documentação	Deverá ser entregue juntamente com os equipamentos, em idioma português ou inglês, um documento com orientações sobre a configuração e utilização dos mesmos, constando todas as ressalvas que influenciem em sua garantia e uma declaração formal do fabricante de que o mesmo é solidário com a garantia ofertada pela licitante e que a mesma está credenciada a comercializar equipamentos de sua fabricação.	Mínimo obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

	19.1	Prazo Máximo	45 dias após assinatura do contrato	Obrigatório
Entrega	19.2	Local	Todo território nacional, de acordo com os endereços fornecidos pelo contratante em edital	Obrigatório
	19.3	Embalagem	Deve ser do próprio fabricante, lacrada, com informações do número do tipo de equipamento, número do lote, número de série e número e data da nota fiscal e número de patrimônio (se pré-gravado na BIOS) impressas de forma destacada na parte externa	Obrigatório
	20.1	Refrigeração	Sistema de dissipação de calor dimensionado para a perfeita refrigeração do processador e placa-mãe, cujo conjunto deverá operar em sua capacidade máxima, em ambiente não refrigerado, por 10 (dez) horas diárias consecutivas	Mínimo obrigatório
Outros	20.1	Webcam	Webcam com resolução mínima de 1.3 mp	Mínimo obrigatório
	20.2	Leitor de SmartCard	Suporte a USB 2.0, compatível com USB 1.1, Velocidade de transmissão de até 12Mbps, Fonte de alimentação via barramento USB Plenamente Compatível com ISO 7816-3, Plenamente Compatível com o padrão PC/SC, Plenamente Compatível com os padrões da ICP-Brasil, Suporta os protocolos T=0 e T=1, Interface T=0 com velocidade mínima de 9.600bps, Interface T=1 com velocidade mínima de 9.600bps, Suporta cartões tamanho ID-1 (tamanho pleno), Interface para smartcards de até 420 Kbps, quando suportado pelo cartão, Frequência de clock do smart card de até 8Mhz, Suporta smart cards de 5V, 3V e 1.8V ISO 7816, Classes A, AB e C, Corrente de 60mA para alimentar o smart card, Detecção do movimento do smart card com auto-desligamento, Detecção automática do tipo de smart card, Drivers para, Windows XP, Windows Vista, Windows 7, Windows 64bits, Linux e Mac OS X.	Obrigatório
Condições Específicas	21.2	Nível de Ruído	Nenhum FAN (cooler ou componente de ventilação forçada do equipamento) deve ter nível de ruído superior a 43dB(A), declarado de acordo com a norma ISO 9296 ou NBR 10152.	Obrigatório
	21.3	Condição de novo	O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, não podendo estar fora de linha de produção do fabricante na data da realização da licitação, bem como na data de assinatura do contrato junto à entidade contratante, especialmente quanto a: - Chipsets pontes norte/sul, se existentes; - Disco rígido; - Memória RAM; - Placa de vídeo ou chipset integrado; - Processador; - Monitor de vídeo	Obrigatório
	21.4	Manuais	Conjunto completo de manuais para instalação, configuração e manutenção básica do equipamento, da placa-mãe, da placa controladora de vídeo, do monitor (quando for adquirido), da placa controladora de discos, do disco rígido, da placa de rede e de quaisquer outros dispositivos a serem oferecidos junto com o equipamento	Mínimo obrigatório
	21.5	Documentação	As certificações e documentações técnicas, folhetos catálogos, etc., deverão ser fornecidas juntamente com a proposta comercial. A falta de qualquer documento que não comprove todas as exigências deste item do termo de referência, implicará	Mínimo obrigatório



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

			a imediata desclassificação da proposta	
--	--	--	---	--

9.2. Garantia:

- 9.2.1. Garantia “on site” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

10. ITEM 10 – LEITOR DE SMARTCARD

10.1. Especificações Mínimas:

- 10.1.1. Suporte a USB 2.0, compatível com USB 1.1;
- 10.1.2. Velocidade de transmissão de até 12Mbps;
- 10.1.3. Fonte de alimentação via barramento USB;
- 10.1.4. Plenamente Compatível com ISO 7816-3;
- 10.1.5. Plenamente Compatível com o padrão PC/SC;
- 10.1.6. Plenamente Compatível com os padrões da ICP-Brasil;
- 10.1.7. Suporta os protocolos T=0 e T=1;
- 10.1.8. Interface T=0 com velocidade mínima de 9.600bps;
- 10.1.9. Interface T=1 com velocidade mínima de 9.600bps;
- 10.1.10. Suporta cartões tamanho ID-1 (tamanho pleno);
- 10.1.11. Interface para smartcards de até 420 Kbps, quando suportado pelo cartão;
- 10.1.12. Frequência de clock do smart card de até 8Mhz;
- 10.1.13. Suporta smart cards de 5V, 3V e 1.8V ISO 7816, Classes A, AB e C;
- 10.1.14. Corrente de 60mA para alimentar o smart card, Detecção do movimento do smart card com auto-desligamento;
- 10.1.15. Detecção automática do tipo de smart card;
- 10.1.16. Drivers para, Windows XP, Windows Vista, Windows 7, Windows 64bits, Linux e Mac OS X.

10.2. Garantia:

- 10.2.1. Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

11. ITEM 11 – IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER P&B

11.1. Especificações Mínimas:

- 11.1.1. Funções de copiadora, impressora, scanner e fax.
- 11.1.2. Velocidade de impressão de 28ppm ou superior.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

- 11.1.3. Interface USB 2.0 e ethernet de 10/100 BaseTX ou superior.
- 11.1.4. Tempo de impressão inferior a 9 segundos.
- 11.1.5. Resolução de até 1200x1200 dpi de saída.
- 11.1.6. Ciclo de trabalho mensal de 25 mil páginas ou superior.
- 11.1.7. Capacidade de impressão duplex integrada.
- 11.1.8. Bandeja de entrada cassete com capacidade de 250 folhas ou superior.
- 11.1.9. Compatibilidade de Sistemas Operacionais mínima: Windows 2000 / 2003 / 2008 Server / XP / Vista/ 7, Linux e Mac OS X 10.3 ~ 10.5.
- 11.1.10. Memória de 96mb ou superior.
- 11.1.11. Cópia com tempo de saída de 10 segundos ou inferior.
- 11.1.12. Zoom de até 400% ou superior.
- 11.1.13. Cópia duplex integrada.
- 11.1.14. Rendimento de 8.000 páginas ou superior com um cartucho novo.
- 11.1.15. Velocidade de 28cpm em A4 ou superior.
- 11.1.16. Scanner com compatibilidade ao padrão TWAIN.
- 11.1.17. Resolução ótica de 600x600 DPI ou superior.
- 11.1.18. Suporte a scanner para PC, email, USB, FTP e SMB.
- 11.1.19. Scanner com método CCD colorido.
- 11.1.20. Fax de velocidade de 33.6 Kbps.
- 11.1.21. Memória de 4Mb para a função de fax.
- 11.1.22. Padrão de 203x96 DPI ou superior.
- 11.1.23. Fax com compatibilidade aos padrões ITU-T.
- 11.1.24. LCD gráfico de 2 linhas ou mais.
- 11.1.25. Garantia mínima de 3 anos do fabricante.

11.2. Garantia:

- 11.2.1. Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

12. ITEM 12 – IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER COLOR

12.1. Especificações Mínimas:

- 12.1.1. Funções de copiadora, impressora, scanner e fax.
- 12.1.2. Velocidade de impressão de 16ppm ou superior na modalidade preto e branco e 4ppm na modalidade colorida.
- 12.1.3. Interface USB 2.0 e Ethernet de 10/100 Base TX ou superior.
- 12.1.4. Tempo de impressão inferior a 14 segundos no modo preto e branco.
- 12.1.5. Resolução de até 2400x600 dpi de saída.
- 12.1.6. Ciclo de trabalho mensal de 20 mil páginas ou superior.
- 12.1.7. Capacidade de impressão duplex manual.
- 12.1.8. Bandeja de entrada gaveta com capacidade de 150 folhas ou superior.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

- 12.1.9. Compatibilidade de Sistemas Operacionais mínima: Windows 2000 / 2003 / 2008 Server / XP / Vista/ 7, Linux e Mac OS X 10.3 ~ 10.5.
 - 12.1.10. Memória de 128mb ou superior.
 - 12.1.11. Alimentador Automático de Documentos (ADF) capacidade de 15 folhas.
 - 12.1.12. Cópia com tempo de saída de 18 segundos ou inferior no modo preto e 45 segundos no modo colorido.
 - 12.1.13. Zoom de até 400% ou superior.
 - 12.1.14. Capacidade de cópia de identidade (ID).
 - 12.1.15. Rendimento de 1.500 páginas ou superior com um cartucho novo preto e 1.000 páginas com um cartucho novo colorido.
 - 12.1.16. Scanner com compatibilidade ao padrão TWAIN.
 - 12.1.17. Resolução ótica de 1.200x1.200 DPI ou superior.
 - 12.1.18. Suporte a scanner para USB, pasta, aplicativo ou rede.
 - 12.1.19. Fax de velocidade de 33.6 Kbps.
 - 12.1.20. Memória de 2Mb para a função de fax.
 - 12.1.21. Padrão de 300x300 DPI ou superior no modo mono.
 - 12.1.22. Fax com compatibilidade ao padrão ITU-T G3
 - 12.1.23. LCD gráfico de 2 linhas ou mais.
 - 12.1.24. Garantia mínima de 3 anos do fabricante.
- 12.2. **Garantia:**
- 12.2.1. Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

13. ITEM 13 – NOBREAK 5 KVA

13.1. Especificações Mínimas:

- 13.1.1. Possuir potencia igual ou superior a 5,0 (cinco) KVA;
- 13.1.2. Autonomia de 20 minutos ou mais a meia carga;
- 13.1.3. O UPS deve estar constantemente alimentando a carga através do conjunto retificador inversor (sistema senoidal on-line de dupla conversão);
- 13.1.4. O UPS deve possuir controle e supervisão de todas as suas funções através de microprocessador;
- 13.1.5. Conexões de entrada e saída através de barra de terminais (bornes);
- 13.1.6. Dotado de conector especial contra inversão de polaridade para permitir a ligação de gabinete do banco de baterias adicional (expansão do banco de baterias);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- 13.1.7. Equipada com baterias estacionárias seladas do tipo chumbo ácidas, reguladas por válvulas (VRLA) com princípio de funcionamento através de recombinação de gases absolutamente livres de manutenção e emissão de gases (não se admitirá baterias do tipo automotivas, seladas ou não);
- 13.1.8. Banco de baterias constituído por baterias da mesma marca e modelo, com capacidade nominal idêntica, especificadas para vida útil em regime contínuo de 05 (cinco) anos para temperatura de trabalho ideal de 25º C;
- 13.1.9. Dotado de limitador para corrente de recarga e descarga;
- 13.1.10. Possuir recarga automática das baterias mesmo com o equipamento desligado;
- 13.1.11. Admitir partida manual em qualquer condição, através das baterias sem energia elétrica da rede ou sem carga na bateria com energia elétrica da rede presente;
- 13.1.12. Dotado de chave estática para transferência automática da alimentação alternativa para a carga, em caso de sobrecarga ou falha no funcionamento do no-break;
- 13.1.13. Equipado com by-pass manual para transferência de carga sem interrupção do fornecimento de energia;
- 13.1.14. Dispositivo de transferência dimensionado para a mesma potência nominal do no-break com capacidade de sobrecarga de 125% por 1 minuto e 150% por 0,5 minutos;
- 13.1.15. Tempo de transferência menor que 2ms;
- 13.1.16. Suportar condições de trabalho em temperatura ambiente de 0ºC a 40ºC e umidade relativa de 0% a 95% sem condensação;
- 13.1.17. Nível de ruído menor ou igual a 60 DBA a um metro do equipamento;
- 13.1.18. Dotado de rearme automático para energização do no-break em quaisquer condições de re-inicialização do equipamento após exaustão das baterias ou restauração das condições nominais de energização via rede;
- 13.1.19. Para o equipamento deverá ser atestado pelo fabricante o atendimento de tempo médio entre falhas superior a 100.000 horas de trabalho ininterrupto;
- 13.1.20. Tensão de entrada bifásico 110V (F+F) com tolerância de variação de $\pm 20\%$;
- 13.1.21. Tensão de saída bifásico 110V (F+F) com tolerância de -10% a $+15\%$;
- 13.1.22. Tolerância mínima de tensão de alimentação de $\pm 15\%$, sem transferência para o by-pass ou descarga de baterias;
- 13.1.23. Na entrada, distorção harmônica total (DHT) na onda de corrente menor ou igual a 15% independente da carga;
- 13.1.24. Frequência de entrada e saída de 50/60 Hz com tolerância de $\pm 5\%$;
- 13.1.25. Fator de potência mínimo de 0,95, independente da carga;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- 13.1.26. Possuir regulação dinâmica da tensão de saída inferior a 3% para degrau de carga de 50% com tempo de recuperação a 1% em até 2 ciclos;
- 13.1.27. Na saída, distorção harmônica total (DHT) na onda de corrente menor ou igual a 3% com carga linear e 10% com carga não linear;
- 13.1.28. Tempo de transferência rede/bateria deve ser nulo;
- 13.1.29. Possui proteção contra sub-tensão da rede elétrica, sobreaquecimento do inversor, sobrecarga, descarga total das baterias com sinalização preventiva antes do desligamento do no-break e distorção harmônica da rede elétrica;
- 13.1.30. Possui proteção por sensoreamento eletrônico para atuar em:
 - 13.1.30.1. Sobre e sub-tensão na entrada e na saída;
 - 13.1.30.2. Falta de fase na entrada;
 - 13.1.30.3. Tensão mínima de bateria;
 - 13.1.30.4. Limitação de descarga da bateria;
 - 13.1.30.5. Limitação de corrente de recarga de bateria;
 - 13.1.30.6. Carga de equalização automática;
 - 13.1.30.7. Curto circuito na saída;
 - 13.1.30.8. By-pass automático;
- 13.1.31. Possui interface com porta de comunicação nos padrões RS232, RJ45 10/100 Base-T além de adaptador de rede SNMP/HTTP para monitoramento remoto e comando de shutdown;
- 13.1.32. Software de supervisão e gerenciamento, inclusive através de browser;
- 13.1.33. Possui indicação de status através de LED e também por indicação em display de cristal líquido para:
 - 13.1.33.1. Tensão de entrada e saída (em tempo real);
 - 13.1.33.2. Correntes por fases, frequência, potência;
 - 13.1.33.3. Carga de bateria, carga baixa, operação de by-pass;
 - 13.1.33.4. Tempo de autonomia do banco de baterias;
- 13.1.34. Equipado com transformador isolador com isolamento galvânico;
- 13.1.35. Provido de blindagem para redução de campos eletromagnéticos, filtros contra geração de harmônicos e supressores de surto de tensão;
- 13.1.36. Não deverá causar interferências em ativos de rede, ou rede de dados situados a uma distância maior que 1m do equipamento;
- 13.1.37. Equipamento de carcaças e proteção contra descargas eletrostáticas em seus componentes internos;
- 13.1.38. Possui software para gerenciamento de energia com funções como relatório de eventos, temperatura, tensão de entrada e saída, potência, tensão de bateria, frequência de rede, shutdown e restore programáveis, função night off ou wake-up, etc.

13.2. Garantia:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

13.2.1. Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

14. ITEM 14 – RACK 19 polegadas para servidores 42U

14.1. Especificações Mínimas:

- 14.1.1. Estrutura básica monobloco, composta de bases inferior e superior, e colunas verticais em aço soldado e eletrozincado, com espessura mínima de 1,5 mm.
- 14.1.2. Perfis 19”(dezenove polegadas) em aço eletrozincado, perfurados, reguláveis na profundidade.
- 14.1.3. Longarinas de sustentação.
- 14.1.4. Tampas laterais removíveis em aço 1,0 mm, totalmente aletadas, com fecho rápido.
- 14.1.5. Tampa superior em aço 1,0 mm com flange para entrada de cabos.
- 14.1.6. Porta traseira Bi-partida em aço perfurado com dobradiças desmontáveis sem a necessidade de ferramentas, com abertura 180º graus (mesmo acoplado) e fecho escamoteável c/ chave Tampa traseira removível em aço de 1,0 mm, totalmente aletada para ventilação natural, com fecho rápido.
- 14.1.7. Porta frontal em aço com dobradiças desmontáveis sem a necessidade de ferramentas, com abertura 180 graus e fecho escamoteável com chave.
- 14.1.8. Portas com, no mínimo, 80% de perfuração.
- 14.1.9. Base soleira com passagem de cabos (as passagens devem ter tampas cegas).
- 14.1.10. Pés niveladores com rodas e variação até 25 mm.
- 14.1.11. Profundidade externa mínima de 1000 mm.
- 14.1.12. De acordo com a Norma DIN 41494 e IEC 297.
- 14.1.13. Altura interna útil de 42U.
- 14.1.14. Todas as características técnicas do produto devem ser comprovadas por especificações apresentadas pelo fabricante.
- 14.1.15. Acessórios
 - 14.1.15.1. Kit de montagem para perfil de aço (parafuso, porca e arruela).
 - 14.1.15.2. Bandeja fixa, com ventilação, em aço 1,2 mm e carga admissível de 50 kg.
 - 14.1.15.3. 2 (duas) Calhas de tomadas, cada uma com com 12 tomadas 2P+T, 250 VAC, 15 A, com cabo flexível PP 3 x 2,5 mm² de 3 m de comprimento, com plug.

14.2. Garantia:



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF**

- 14.2.1. Garantia “on site” a ser cumprida nos locais de instalação por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

15. ITEM 15 – KVM DE 16 PORTAS COM CONSOLE

15.1. Especificações Mínimas:

- 15.1.1. Gaveta console de 1U de altura com espaço para um monitor, teclado, chaveador KVM e mouse.
- 15.1.2. Painel (monitor) LCD de 15” integrado na gaveta
- 15.1.3. Suporte para montagem em rack padrão 19”
- 15.1.4. Suporte para padrões de interface USB e PS/2 para porta de console e dos PCs
- 15.1.5. Suporte para até 16 portas de conexão.
- 15.1.6. Video de alta qualidade de até 2048x1536.
- 15.1.7. Suporte a Windows 2003 Server, Windows 2008 Server, Linux (Redhat Enterprise Linux, Suse Enterprise e Debian 5.0).
- 15.1.8. Mouse e teclado USB ou PS/2 inclusos
- 15.1.9. Chaveamento por Hot-Key ou Push Button
- 15.1.10. Plug&Play e Hot Pluggable
- 15.1.11. Conjunto completo montavel em Rack 19 (1U)
- 15.1.12. LEDs indicadores para fácil monitoração de status

15.2. Garantia:

- 15.2.1. Garantia “on site” a ser cumprida nos locais de instalação por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

16. ITEM 16 – DISCO RÍGIDO EXTERNO PORTÁTIL

16.1. Especificações Mínimas:

- 16.1.1. Capacidade mínima de 500Gb de armazenamento total, incluindo o espaço gasto na preparação para uso com o sistema operacional.
- 16.1.2. Interface USB 2.0 ou superior, porém compatível com USB 1.1.
- 16.1.3. Suporte no mínimo aos sistemas operacionais Windows XP, Windows Vista, Windows 7 de forma nativa, sem a necessidade de instalação de drivers adicionais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CTI/DPF

- 16.1.4. Garantia mínima de 1 ano do fabricante.
- 16.1.5. Dimensões máximas de 150mm x 95mm x 28mm
- 16.1.6. Capacidade de transferência de dados de até 480Mb/s, utilizando o padrão USB 2.0.
- 16.1.7. Alimentação via USB , sem a necessidade de fonte de energia adicional.
- 16.1.8. Velocidade de rotação dos discos mínima de 5400RPM.
- 16.1.9. Deverá se entregar com todos os cabos necessários para o seu funcionamento.
- 16.2. **Garantia:**
- 16.2.1. Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.

17. ITEM 17 – UNIDADE DE FITA LTO 3

- 17.1. **Especificações Mínimas:**
- 17.1.1. Capacidade de armazenamento de 400Gb (até 800Gb utilizando compressão);
- 17.1.2. Compatível com cartuchos Ultrium no formato 3 LTO ou superior;
- 17.1.3. Compatível com servidor Dell PowerEdge 2900;
- 17.1.4. Acompanhada de Interface de comunicação LVD SCSI padrão PCI Express;
- 17.1.5. Taxa de transferência de até 80Mb/s;
- 17.1.6. Capacidade de leitura de fitas LTO-2, LTO-3 e LTO-3 WORM;
- 17.1.7. MTBF (Mean Time Between Failures) de 250.000 horas;
- 17.1.8. Buffer de 128MB ou superior;
- 17.1.9. Deve incluir 10 cartuchos no format LTO-3 vazios;
- 17.1.10. Instalação externa ao servidor em gabinete próprio.
- 17.2. **Garantia:**
- 17.2.1. Garantia “balcão” a ser cumprida nas cidades de destino dos equipamentos por um período mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contado a partir da data de recebimento definitivo dos equipamentos.